Sumário

Número de notícias: 33 | Número de veículos: 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Renda com lucros e dividendos tem recorde de R$ 556 bi 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Fazenda mira ganhos financeiros para zerar déficit em 2024 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Fazenda estuda tributar benefícios fiscais do ICMS 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Indicado tem lista de desafios à frente do IBGE 9

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
O que o Juro sobre Capital tem (ou não) de jabuticaba - FERNANDO TORRES 11

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ID atinge R$ 5,2 bi e planeja mesas de ação e renda fixa 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL
Para zerar fila, INSS paga o dobro do salário 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL
Governo registra rombo de R$ 45,2 bi em junho 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL
Novo presidente pretende fazer mudança "estrutural" no INSS 16

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma ministerial se arrasta e fica para agosto 18

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Análise: governabilidade de Lula depende de um bom acordo com o Centrão 20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Há coleção de fatores para queda de juros", diz Haddad 22

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Rui Costa defende pressão no Senado para aprovar reforma 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Bolsonaristas culpam Tarcísio por esvaziar pasta reduto de ex-presidente 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Tebet aceita Pochmann por ordem de Lula e avaliação de IBGE "sem peso" 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Economista já criticou Pix e queria alíquota de 60% para o IR 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
O caminho até o grau de investimento (Editorial) 30

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Nota do Brasil coroa mérito, mas exige aprovar reformas (Editorial) 31

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Qual o caminho na economia? - VERA MAGALHAES 32

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Bancada do agro voltará a pressionar Haddad por mais verba em meio a votações decisivas 34

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Isenção de remessas de até US$ 50 dará perda de R$ 35 bi 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Governo fecha o 1º semestre com rombo de R$ 42,5 bi 36

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Fazenda perde R$ 2,6 bilhões 37

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
País cria 157 mil vagas formais em junho 39

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Investidores de fundo do Pátria voltado a shoppings perdem todo o dinheiro aplicado 40

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Economia dos EUA acelera no 2º trimestre, apesar da alta no juros 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
BC europeu eleva juros ao maior nível desde 2000 43

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Instituto é responsável pelos principais indicadores do país, como PIB, desemprego, inflação e Censo 44

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA
Compras públicas e justiça social (Artigo) 46

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
No IBGE, Pochmann terá como desafios atraso no Censo e falta de recursos 47

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
País gera 1 milhão de vagas de janeiro a junho 49

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Dados iniciais sinalizam freio na atividade do 2º trimestre 50

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA
PIB dos EUA sobe 2,4% no 2° tri e reduz temores de recessão 52

Renda com lucros e dividendos tem recorde de R$ 556 bi

Idiana Tomazelli

Na mira do governo por serem isentos do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física), os rendimentos declarados por indivíduos brasileiros com lucros e dividendos alcançaram o recorde de R$ 555,7 bilhões em 2021 e se concentraram ainda mais no topo, isto é, entre os mais ricos.

O valor é 44,6% maior do que em 2020, quando essa fonte de renda se manteve em alta a despeito dos efeitos negativos da pandemia de Covid-19 e somou R$ 384,3 bilhões. O aumento expressivo supera com folga a **inflação** de 2021, que foi de 10,06%.

A cada R$ 100 declarados como lucros e dividendos, R$ 74 ficaram nas mãos do 1% mais rico -um seleto grupo formado por 359,9 mil brasileiros que informaram à **Receita Federal** rendimentos totais entre R$ 658,4 mil e R$ 22,5 bilhões no ano de 2021.

Trata-se de uma concentração ainda maior do que a observada em anos anteriores, quando o topo da pirâmide ficava com até 70% desses rendimentos - uma fatia já considerável e sempre apontada por especialistas como uma evidência da desigualdade de renda no país e das distorções no sistema tributário.

Ao todo, o 1% mais rico arrecadou R$ 411,9 bilhões dos lucros e dividendos reportados ao fisco para o ano de 2021. A cifra é mais de duas vezes o orçamento atual do programa Bolsa Família (R$ 173,4 bilhões).

Os dados foram compilados pela Folha a partir dos grandes números das declarações do IRPF de 2022, feitas com base nos rendimentos de 2021. A publicação das informações é feita anualmente pela **Receita Federal**.

Especialistas afirmam que a alta significativa dos valores pode ter sido consequência do projeto de lei 2.337/2021, que previa a retomada da tributação sobre lucros e dividendos distribuídos à pessoa física. A proposta, enviada no governo Jair Bolsonaro (PL), e negou a ser aprovada na Câmara com uma alíquota de 15%, mas não avançou no Senado.

"Todas as empresas que tinham dividendos carregados [de outros exercícios] ou acumulados distribuíram para evitar a tributação. Isso criou um fator atípico", afirma o economista e pesquisador Sérgio Gobetti, especialista na área tributária e que hoje atua na secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul.

Também contribui o fato de a Petrobras, uma das maiores companhias do país, ter distribuído R$ 101,4 bilhões em dividendos a seus acionistas, referentes ao desempenho da empresa no ano de 2021 -quando a cotação do petróleo e do dólar, a alta nas vendas e a ampliação das margens de lucro impulsionaram o resultado da petrolífera.

Os dados obtidos nas declarações do IRPF não refletem sozinhos o panorama integral da distribuição de renda no país, uma vez que apenas 36 milhões de brasileiros prestaram contas à **Receita Federal**. Mas as informações são um termômetro relevante para identificar o que aconteceu com os rendimentos da população no ano de 2021.

O diagnóstico mostra maior resiliência dos lucros e dividendos, num momento em que os trabalhadores ainda sofriam no bolso as consequências da pandemia. O rendimento médio mensal do trabalho recuou de R$ 2.638 em 2020 para R$ 2.476 em 2021 - uma queda real de 6,1%, segundo dados do IBGE.

Enquanto isso, segundo a **Receita Federal**, o rendimento médio do 1% mais rico, considerando todas as fontes, subiu 27,7% em termos nominais, passando de R$ 1,8 milhão em 2020 para R$ 2,3 milhões em 2021. A alta supera a **inflação**, indicando ganho real para esse grupo, boa parte explicado pela ampliação nos lucros e dividendos.

A renda dos assalariados é tributada em até 27,5%, de acordo com a tabela do IRPF. Já os ganhos da pessoa física com lucros e dividendos são totalmente livres do Imposto de Renda.

As informações da Receita permitem saber também o quanto desses rendimentos isentos está nas mãos de estratos ainda mais abastados.

O 0,1% mais rico, que reúne 36 mil contribuintes com ganhos acima de R$ 3,42 milhões, concentrou R$ 251,4 bilhões dos lucros e dividendos recebidos em 2021.

Já o 0,01% mais rico, um grupo restrito de 3.599 contribuintes com renda entre R$ 20 milhões e R$ 22,5 bilhões, responde por R$ U7,5 bilhões dessas receitas informadas no ano.

Os lucros e dividendos eram tributados no Brasil até 1995, mas uma lei sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) isentou esses rendimentos a partir de 1996. Desde então, tentativas de retomar a taxação esbarraram nas resistências do andar de cima.

A volta da tributação está nos planos do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em entrevista recente à Folha, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse que vai discutir o tema com cautela para não sobrecarregar empresas nem afetar negativamente a classe média.

Ao tributar lucros e dividendos distribuídos à pessoa física, técnicos do governo avaliam ser necessário reduzir as alíquotas incidentes hoje sobre o resultado das empresas, para evitar uma carga muito elevada e, ao mesmo tempo, incentivar maior retenção desses valores para a realização de investimentos.

O fim da isenção tem o apoio de especialistas. "Não tem absolutamente nada mais importante a ser feito do quere-tomar os **impostos** sobre lucros e dividendos. Para mim, isso deveria ser a prioridade número 1. É a única coisa de impacto grande de arrecadação, e que tem um papel progressivo muito grande", diz Luiza Nassif, pesquisadora do Made/USP (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades, da Universidade de São Paulo).

Ela destaca que a ausência da cobrança tem repercussões fiscais e sociais. Do lado das contas públicas, é como se fosse um gasto tributário -como são chamados os benefícios fiscais concedidos a setores ou atividades. Nassif calcula que uma alíquota de 15% sobre os lucros e dividendos poderia ampliar a arrecadação em até R$ 80 bilhões, dos quais R$ 60 bilhões vindos apenas do 1% mais rico.

No contexto social, segundo ela, a isenção de lucros e dividendos é um dos principais fatores de desigualdade racial na tributação. Como mostrou a Folha, uma nota elaborada pelo Made/USP mostrou que o benefício reduz a alíquota efetiva do Imposto de Renda do 1% mais rico a 8,8% para homens brancos, enquanto a de homens negros nesse mesmo estrato (em geral **servidores públicos** com maiores salários) fica em 13,14%.

"A incapacidade de retomar isso [tributação] é indicativo de uma permanência institucional de um racismo estrutural", avalia a pesquisadora.

Os dados da Receita sobre lucros e dividendos não consideram os rendimentos de sócios de micro e pequenas empresas optantes do Simples Nacional, que abarca companhias com faturamento de até R$ 4,8 milhões ao ano. Essa fonte de renda também po - de ser classificada como um tipo de lucro ou dividendo e é igualmente isenta do IR.

Em 2021, esses pagamentos somaram R$ 175,6 bilhões, alta de 35,9% em relação aos R$ 129,2 bilhões declarados em 2020. Nesse caso, o topo da pirâmide (1% mais rico) ficou com R$ 42,7bilhões, cerca de um quarto dos rendimentos-dessa fonte.

Não tem absolutamente nada mais importante a ser feito do que retomar os **impostos** sobre lucros e dividendos

Luiza Nassif, pesquisadora do Made/USP

Governo tem rombo de RS 45,2 bi em junho, pior que o esperado

0 governo central registrou déficit primário de R$ 45,223 bilhões em junho, informou 0 Tesouro Nacional nesta quinta (26), um forte recuo em relação ao superávit de R$ 14,588 bilhões do mesmo mês do ano passado, quando ganhos atípicos provocaram uma distorção na base de comparação dos dados. 0 déficit do governo central, que compreende o Tesouro, o BC ea Previdência, no mês passado veio ligeiramente pior do que o rombo de R$ 44,084 bilhões projetado por analistas em pesquisa da Reuters. 0 resultado foi o terceiro pior para o mês na série histórica do Tesouro, iniciada em 1997.

Site:
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50351&anchor=6480817&maxTouch=0&_ga=2.103044935.653560810.1690341420-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=879bc895a7ce8db8d87c5f1d3cefae30

Fazenda mira ganhos financeiros para zerar déficit em 2024

O cardápio de medidas em elaboração pelo Ministério da Fazenda para fechar as contas do Orçamento de 2024 deve ter como um dos principais focos a tributação de ganhos financeiros, além de outras medidas já conhecidas, como a retomada do voto de desempate nos julgamentos do **Carf** (**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**).

Segundo interlocutores do governo ouvidos pela Folha, a equipe econômica prevê arrecadar cerca de RS 130 bilhões a mais com o pacote de propostas. Algumas delas já estão em tramitação no Congresso, enquanto outras serão encaminhadas coma peça orçamentária em 31 de agosto.

O governo precisa enviar o Ploa (projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2024 cravando a meta de déficit zero estipulada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda). A banda de tolerância, prevista no novo arcabouço fiscal e que garante uma margem de cerca de R$ 28 bilhões para o terreno negativo ou positivo, só vale durante a execução das despesas no ano que vem.

Nos bastidores, há o reconhecimento de que nem todas as iniciativas apresentadas com o Orçamento serão 100% bem-sucedidas, mas os técnicos trabalham com "várias cartas na manga" para suprir as receitas necessárias e zerar o déficit.

Ainda que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o próprio ministro da Fazenda já antevejam resistências ao novo bloco de ações, autoridades do governo entendem que é preciso ao menos apresentar e defender os projetos, por mais duros que sejam.

Os temas, porém, não serão conduzidos como uma questão de "vida ou morte". A preocupação na equipe econômica é não parecer que o governo está jogando o peso do ajuste nas contas para o Congresso Nacional. Por isso, há espaço para negociação.

Nesta quinta-feira (27), a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que o governo trabalha com oito medidas, "mais ou menos", para elevar receitas e zerar o déficit nas contas públicas em 2024, mas a composição final pode variar de acordo com a necessidade.

"Se porventura determinada medida que foi colocada, lá na frente, diante de uma discussão política feita em bases concretas, realistas e honestas, com o Parlamento, for uma medida impopular ou uma medida que não tenha condições de passar, ele [Haddad] troca essa carta por uma outra medida", disse.

Entre as propostas em debate na Fazenda estão a tributação de fundos exclusivos de investimento, voltados à alta renda (chamados de super-ricos) e cujos rendimentos são hoje Isentos de imposto; e mudanças nas regras do JCP (Juro sobre Capital Próprio), mecanismo vantajoso usado pelas empresas para remunerar seus acionistas. Além disso, o governo enviou recentemente o texto que tributa recursos mantidos por brasileiros em paraísos fiscais (offshores).

O governo prevê arrecadar cerca de R$ 10 bilhões com a cobrança de IR sobre os fundos exclusivos. IT

Site:
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50351&anchor=6480817&maxTouch=0&_ga=2.103044935.653560810.1690341420-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=879bc895a7ce8db8d87c5f1d3cefae30

Fazenda estuda tributar benefícios fiscais do ICMS

De olho em aumentar a arrecadação para cumprir a meta de zerar o déficit primário do governo central no próximo ano, o Ministério da Fazenda estuda algumas alternativas para a tributação de benefícios fiscais de ICMS, segundo fontes ouvidas pelo Valor.

Apesar da decisão favorável no Superior Tribunal de Justiça (STJ) no primeiro semestre, a impressão seria de que a notificação voluntária feita pela **Receita Federal** não tem surtido efeito. Fontes que acompanham o tema dizem que o insucesso se deve aos embargos de declaração, que estariam protelando o fim da discussão.

Uma das alternativas estudadas envolve a tributação de crédito presumido de ICMS - que o STJ havia vetado em 2018 - além da abertura de uma negociação (transação) para débitos antigos. Está em estudo uma alteração no artigo 30 da Lei 12.973, de 2014, segundo uma fonte. O objetivo seria tornar mais claro os requisitos necessários para que esses créditos não sejam tributados. E também pode entrar na mudança a permissão para tributação de incentivos de crédito presumido de ICMS.

O Valor apurou que as mudanças serão enviadas ao Congresso Nacional em agosto, via projeto de lei, junto com a proposta orçamentária de 2024. Isso porque a tributação de benefícios fiscais de ICMS é uma das principais apostas do governo - ao lado do retorno do voto de qualidade no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) - para aumentar a arrecadação. A proposta de Orçamento só pode prever receitas que tenham previsão legal ou em projetos em tramitação.

O valor exato que constará no Orçamento de 2024 ainda não foi fechado, porque vai depender do desenho final do programa, mas estimativas iniciais giram em torno de R$ 50 bilhões. O montante projetado é menor do que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vinha falando.

São dois motivos: primeiro, porque parte precisa ser repartido com Estados e municípios. Segundo, porque o governo decidiu incluir projeções bem conservadoras no Orçamento de 2024, numa tentativa de mostrar que o plano traçado é factível - especialistas e o mercado financeiro ainda veem com incredulidade a meta de zerar o déficit.

O artigo 30 da Lei 12.973 - que o governo quer alterar - determina que subvenções para investimento concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos não serão computadas no lucro real desde que registradas em reserva de lucros com alguns usos restritos, como aumento do capital social. O dispositivo foi um dos pontos centrais da decisão do STJ sobre a incidência de IRPJ e CSLL sobre benefícios fiscais. A Corte determinou que se forem atendidos os requisitos que hoje constam nesse dispositivo e no artigo 10 da Lei Complementar n 160, de 2017, a tributação é afastada.

Na época do julgamento, contribuintes temiam mudanças com relação a incidência de IRPJ e CSLL sobre o incentivo de crédito presumido de ICMS, que foi afastada por decisão do STJ em 2018. Com eventual mudança na redação, poderia voltar.

O estudo é de uma alteração na lei para esclarecer e não existir mais contencioso sobre esse assunto no futuro. Para o passado (casos em que já há discussão judicial ou que não estavam tributando e foram autuados) está em estudo uma regularização, que pode ser por transação. Essa modalidade de negociação permite que contribuintes possa regularizar sua situação fiscal perante a Procuradoria da Fazenda por meio de negociações. A transação consideraria o rating dos devedores (menor desconto quanto melhor o rating).

Uma fonte afirma que a ideia é permitir que os contribuintes que estão sujeitos à decisão do STJ venham a aderir ao programa, pagando antecipadamente o que devem, com algum desconto ou outro tipo de vantagem. Essa fonte descarta a comparação com os chamados Refis, os programas que concediam amplos descontos aos contribuintes, sem levar em consideração o rating dos devedores.

A decisão do STJ sobre a tributação de incentivos fiscais foi um dos julgamentos mais relevantes para a União no primeiro semestre.

A estimativa de valores que poderiam ser recuperados foi estimada em R$ 47 bilhões pela **Receita Federal** e era indicada pelo ministro Fernando Haddad como de R$ 90 bilhões.

Também para viabilizar a meta de zerar o déficit do governo em 2024, a Fazenda estuda outros programas de transação tributária.

"O Judiciário tem um estoque de dívidas enormes, a gente pode ter mais transação para fazer arrecadação", explicou uma fonte a par das negociações. Uma frente que pode ser atacada pelo governo são as dívidas que as estatais têm com a União. Uma das empresas na mira é a Petrobras, que, segundo seu formulário de referência, tem R$ 55,4 bilhões em processos envolvendo **tributos** federais na Justiça. Procurada, a Petrobras não respondeu.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Fazenda estuda tributar benefícios fiscais do ICMS

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187614

Indicado tem lista de desafios à frente do IBGE

O presidente indicado do IBGE, Marcio Pochmann, terá de enfrentar extensa lista de desafios à frente da instituição, segundo especialistas.

Prover confiabilidade nos dados do Censo Demográfico; fortalecer quadro de funcionários e orçamento; e atender às demandas da sociedade sobre novos recortes de dados, como de identidade de gênero, por exemplo, foram alguns dos citados por estudiosos ouvidos pelo Valor.

"A instituição está realmente precisando de tanta coisa que é difícil saber por onde começar", resumiu a economista e professora da PUC-Rio Wasmália Bivar, que presidiu o órgão de 2011 a 2016.

Ela diz que uma tarefa urgente é repor a necessidade de recursos da instituição e desenhar um projeto técnico de futuro, que contempla uma série de questões.

O IBGE tem passado por período delicado na história de 85 anos da instituição, que culminou no atraso da realização do Censo Demográfico. Previsto para ir à campo em 2020, a operação foi adiada duas vezes: primeiro devido à pandemia e depois por falta de recursos no Orçamento. A coleta dos dados começou finalmente em agosto de 2022.

Em junho as primeiras informações sobre o Censo foram veiculadas, após uma série de percalços.

No período de coleta, a pesquisa foi marcada por atrasos no pagamento e por baixa remuneração dos recenseadores, o que dificultou a atração de trabalhadores para a função. O IBGE atribuiu as dificuldades à recuperação do mercado de trabalho no país.

Um dos pontos mais críticos em relação ao atraso do Censo é que toda a pesquisa é feita com uma única data de referência - o dia 1o de agosto de 2022 - para evitar contagens sobrepostas da população ou erros em outras informações, por exemplo. Mas à medida que o prazo para concluir a pesquisa se estendeu, aumentaram a chance de erro das respostas. O período de coleta durou dez meses ante os três meses tradicionais.

Em julho deste ano, o IBGE confirmou que especialistas externos vão concluir em breve um parecer sobre "esforços técnicos, práticos e metodológicos empenhados pelo IBGE desde o início da coleta censitária, bem como sobre a confiabilidade dos dados". O documento, segundo o instituto, terá a chancela do Fundo de População das Nações Unidas, agência de desenvolvimento da ONU.

Bivar defendeu "uma análise bastante profunda dos resultados do Censo e, com base nessa análise, uma avaliação sobre que informações complementares são necessárias".

"As soluções que estão apontadas hoje para o melhor aproveitamento possível dos dados do Censo já deveriam endereçar o IBGE para um IBGE do futuro, que é o uso dos registros administrativos e de dados georreferenciados", diz.

O georreferenciamento é a indicação das coordenadas geoespaciais de um imóvel. A avaliação dela é que, a partir das coordenadas, é possível complementar lacunas de domicílios que não foram visitados pelos recenseadores, a partir de registros administrativos.

Quando falou em "IBGE do futuro", Bivar também se referiu à importância de transformação do instituto no coordenador do Sistema Estatístico Nacional, que está prevista na legislação, mas não é exercida. O país tem diferentes produtores de estatísticas, sejam oficiais - como Banco Central, **Receita Federal** e Ministério do Desenvolvimento, por exemplo - ou não oficiais. Cada um tem padrões e bases de dados diferentes.

Além disso, muitas vezes, uma mesma empresa informa o mesmo dado para fontes diferentes, como a Receita e o IBGE.

"No futuro, o que a gente espera é que a ministra [Simone] Tebet exerça sua capacidade de articulação política para que de fato o IBGE se transforme num coordenador do sistema estatístico nacional, com um aparato jurídico que permita inclusive diminuir a coleta de informações e produzir mais, coletando menos, usando registros administrativos", afirma. Sua análise sobre a articulação de dados se estende a Pochmann.

A importância da modernização da legislação estatística e da integração das informações divulgadas em todas as instâncias de governo também é

defendida pelo pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) Roberto Olinto, que também já presidiu o IBGE. Olinto publicou artigo no qual alerta para a falta de autoridade estatística nacional que regule e integre a produção da informação oficial - cabendo ao IBGE a responsabilidade de organização metodológica.

Como prioridade de curto prazo, Olinto defende a definição de recursos para as estatísticas que classifica como "excepcionais", como o Censo Demográfico, o Censo Agropecuário, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e a contagem populacional, por exemplo.

"São pesquisas que são base e marcos para outras pesquisas. Se não tiver POF, não tem atualização de índices de preços. Se não tiver Censo Demográfico, não faz quase nada.

E essas estatísticas, historicamente, foram adiadas por falta de orçamento. É uma coisa que depende do humor do governo que está no momento." Um ponto unânime entre os especialistas é a urgência da recomposição do quadro funcional. No dia 18 de julho, o instituto informou em **comunicado** que a Ministra da Gestão, Esther Dweck, autorizou a abertura de concurso com 895 vagas.

O instituto tinha 4.009 servidores efetivos e 5.028 trabalhadores temporários em dezembro de 2022, segundo o Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE (Assibge).

O número de temporários é ainda maior quando se inclui o cargo de supervisor temporário, criado mais recentemente. Isso significa que mais de 50% da força de trabalho era de funcionários com permanência máxima de três anos na instituição.

Em dezembro de 2015 eram 5.644 funcionários efetivos e 5.355 temporários. A redução do quadro permanente é explicada principalmente por aposentadorias e falta de concursos para repor vagas. A dinâmica de maioria dos trabalhadores temporários exige retreinamento constante e perda de conhecimento.

"O desafio se mantém. Houve abertura do concurso, até de tamanho razoável, mas insuficiente para a demanda do IBGE. [O número de vagas] É inferior aos funcionários que poderão se aposentar.

Nem sequer repõe", diz Bruno Perez, diretor do sindicato.

O alerta para a necessidade de ampliar o quadro de funcionários vai além do sindicato, segundo a demógrafa Paula Miranda- Ribeiro, presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep).

"O IBGE precisa de um orçamento para manter as pesquisas em funcionamento, com pessoal suficiente. O IBGE tem quadros excelentes, em diferentes áreas, como demografia, geografia, economia... Mas certamente as pessoas estão em número insuficiente para manter as pesquisas funcionando e atender às novas demandas da sociedade", afirma.

Entre essas novas demandas da sociedade, Ribeiro cita como exemplo a questão de orientação sexual e identidade de gênero, que foi alvo de uma queda de braço entre o Ministério Público Federal (MPF) - que pedia inclusão de pergunta sobre o tema no Censo - e o IBGE no ano passado. A demógrafa ressalta que o IBGE levará a campo ainda este ano a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), que incluirá a questão sobre orientação sexual, melhorada em relação a que foi coletada na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, e também a questão sobre identidade de gênero.

"Importante ressaltar que o IBGE fez essas, assim como tantas outras mudanças, após muitos estudos feitos pelo seu quadro técnico, mas sempre após ouvir os estudiosos do assunto, bem como os movimentos sociais e a sociedade civil. O desafio de incluir essas duas questões em outras pesquisas permanece, sobretudo já tendo em vista o Censo de 2030", afirmou.

Outras demandas de estatísticas, disse ela, são as que se relacionam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. É preciso gerar dados que permitam acompanhar o cumprimento ou não das metas, como de mortalidade materna e infantil, afirmou a especialista.

"A instituição está precisando de tanta coisa que é difícil saber por onde começar" Wasmália Bivar

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187614

O que o Juro sobre Capital tem (ou não) de jabuticaba - FERNANDO TORRES

Fernando Torres é editor-executivo do Valor E-mail fernando.torres@valor.com.br

Nosso sistema de tributação sobre a renda não é tão caótico e confuso quanto o que incide sobre o consumo, mas talvez também mereça aperfeiçoamentos, em especial se a ideia for buscar isonomia e simplificação, como ao menos era o desejo inicial do projeto de criação de um Imposto sobre Valor Adicionado no Brasil.

Se exceções e "regimes especiais" também existem e são questionados (e questionáveis) quando se fala de tributação da renda, talvez o ponto mais conhecido de uma possível reforma nessa área seja a da reintrodução da cobrança de Imposto de Renda sobre dividendos.

A linha mais aceita é aquela que procura manter a carga total que incide atualmente sobre o lucro corporativo, mas substituindo o modelo atual, que incide de uma única vez com alíquota elevada no nível do CNPJ, por outro em que a cobrança ocorrerá em duas etapas - uma na empresa e outra no recebedor, com alíquotas menores.

Embora traga mais complexidade para a cobrança, há evidências de que esse novo modelo, adotado amplamente nos países desenvolvidos, aumenta a progressividade do sistema, com os mais ricos pagando mais do que no atual.

Outra vantagem de cobrar ao menos uma parte do tributo sobre os dividendos é deixar mais neutra a decisão entre distribuir ou reter lucros. Uma vez que o ganho de capital é tributado a pelo menos 15% no Brasil, hoje há um incentivo para pagamento de dividendos que talvez não leve à melhor alocação de capital.

Quando se sai, porém, da discussão teórica para a prática, alguns outros pontos surgem na discussão.

Um deles é sobre qual é a alíquota efetiva que incide hoje sobre o lucro corporativo. Na teoria, grandes empresas do lucro real pagam 34%, dos quais 25% a título de Imposto de Renda e 9% de CSLL. Já os bancos recolheriam 45%, sendo os mesmos 25% de IR e uma CSLL diferenciada de 20%.

Na prática, contudo, quando se olha grandes janelas temporais, a alíquota efetiva dessas companhias costuma rodar em torno de 22% a 24%, que talvez não seja tão alto internacionalmente.

Entre as principais razões para a diferença aparecem temas que geram grande discussões no **Carf** e nos tribunais - como lucro de controladas no exterior e amortização de ágio de aquisições - e outros menos controversos juridicamente, como incentivos regionais, Lei do Bem e o também famoso Juro sobre Capital Próprio (JCP).

Embora não seja alvo de enormes discussões jurídicas (as "pequenas e médias discussões" existem), o JCP é constantemente motivo de debates teóricos e de mérito.

Nos últimos dias, ele voltou ao centro das conversas porque o governo pretende incluir sua revisão ou sua extinção como um caminho para o cumprimento da meta fiscal de 2024.

Para alinhar o conhecimento, o JCP é uma forma fiscalmente favorecida de distribuição de dividendos. O valor que a empresa paga aos acionistas a título de juros sobre capital próprio é dedutível para ela, a uma alíquota de 34% (ou 45%, se banco), enquanto a pessoa física que recebe recolhe 15%.

Há uma economia de 19% a 30% sobre o valor distribuído.

Para lembrar, o dividendo tradicional é isento para quem recebe, mas não gera dedução.

Mas há limites para uso do JCP, que se dá pela multiplicação do patrimônio líquido da empresa pela taxa de juros de longo prazo, hoje em 7% ao ano.

Dessa conta se extrai talvez o princípio do JCP. A ideia é que a tributação do IR não deveria incidir sobre o lucro nominal da empresa, mas somente sobre a parcela que exceder uma espécie de "remuneração mínima sobre o capital".

Ao existir um instrumento como esse, haveria também mais neutralidade para as empresas optarem por se financiar com dívidas, cujo pagamento de juros é sempre dedutível fiscalmente, ou com dinheiro dos

sócios.

Esse é o lado bom do JCP.

Já os críticos apontam que ele é uma "jabuticaba" e que acaba estabelecendo uma vantagem fiscal para companhias grandes e que não precisam.

De fato, quando se olha as empresas abertas que mais usam JCP, nota-se que os grandes bancos e empresas enormes são os principais beneficiários.

No caso dos bancos, é da própria natureza do negócio ter PL grande, para atender requisitos regulatórios. Mas outro ponto que chama a atenção é que o JCP incentiva desproporcionalmente as empresas maduras e com forte geração de caixa, ao passo que companhias em fase de crescimento não podem (ou não devem) distribuir tanto lucro.

Se a história da jabuticaba não é verdadeira quando se fala em alguma dedutibilidade da remuneração do capital próprio, já que é algo existente em países como Itália, Bélgica e Croácia, a exigência da distribuição do lucro para que haja a dedução é uma peculiaridade local.

Uma alternativa, em busca de mais isonomia para empresas de crescimento, seria dar esse benefício independentemente da distribuição.

E, com base no impacto fiscal disso, pensar em qual a alíquota nominal e efetiva que deveriam incidir sobre os ganhos corporativos na prática.

Não faz sentido sequer discutir essa saída, porém, enquanto a distribuição dos dividendos seguir isenta.

Se na questão dos fundos exclusivos é difícil achar mérito contra a tributação, que trará aos multimilionários um tratamento equânime ao da classe média, o eventual fim (ou não) do JCP talvez mereça um debate dentro de uma reforma mais ampla da tributação sobre a renda.

Fernando Torres é editor-executivo do Valor E-mail fernando.torres@valor.com.br

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187614

ID atinge R$ 5,2 bi e planeja mesas de ação e renda fixa

Em pouco mais de um ano de atividade, a ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) atingiu R$ 5,2 bilhões em administração e custódia de 150 fundos, e cerca de R$ 1 bilhão em recursos de clientes endinheirados.

Primeira do segmento a receber autorização como instituição de pagamento pelo Banco Central (BC), a casa tem se posicionado como um banco digital voltado para a retaguarda operacional de gestoras de recursos e seus cotistas.

Agora, o planejamento estratégico inclui investir em linhas auxiliares, com operações estruturadas com renda variável e futuros, além de câmbio e serviços internacionais.

À frente, uma mesa de renda fixa para transações com títulos públicos e privados pode integrar a estrutura, segundo Alexandre Atherino, veterano do setor que embarcou no projeto da ID como "chairman" em maio de 2022.

Em meio a um mercado que considerava congestionado, a ID partiu para uma atuação mais restrita ao público institucional, no universo dos alternativos, além de cotistas que resultam dessa interação.

"Acho que a gente pegou uma boa tendência. Não adiantava concorrer com XP, BTG ou Guide, tinha que inovar em outras áreas, as três vão dominar o mercado [de distribuição de investimentos], não vai ter muitos competidores importantes", afirma Atherino.

Se no passado o negócio de administração fiduciária, controladoria e custódia era considerado o "patinho feio" da indústria de fundos de investimentos, o novo marco legal do setor, a Instrução 175, que passa a valer em outubro, aproximou a regulação do que se vê no mercado internacional, com uma definição mais clara das responsabilidades de cada participante.

Grandes bancos, nos últimos anos, praticamente abandonaram a prestação de serviço para gestoras de ativos ilíquidos, às voltas com autuações da **Receita Federal**. Como são as instituições financeiras as responsáveis legais pelo recolhimento de **impostos**, passaram a responder solidariamente aos processos administrativos.

"Fomos para a administração fiduciária porque a regulamentação mudou e, baseado nisso, o BC autorizou corretora a ter banco digital", prossegue Atherino.

Na sua rede, a ID contabiliza cerca de 1 mil contas, destinadas a facilitar a vida do cliente. "O cotista do FIP que resgata o recurso pode mandar o dinheiro para a conta dele dentro da própria ID. O gestor de um fundo imobiliário de tijolo que está construindo um prédio e tem que reembolsar o pedreiro manda o boleto para o fundo pagar o construtor, faz o pagamento e naquele momento já entra no cálculo da cota", exemplifica Atherino. "O objetivo do banco digital não é sair para a rua e abrir conta para todo mundo, é um diferencial que outras corretoras e empresas que fazem administração fiduciária não têm." O executivo acha que é possível dobrar de tamanho crescendo na atividade principal, ao mesmo tempo em que adiciona áreas que auxiliem numa prestação completa de serviços de corretagem. Espera acrescentar fundos de ações e ter, por exemplo, uma mesa para operar bolsa e derivativos. "O próximo passo é ter uma mesa de renda fixa de títulos públicos e privados para no momento que um dos fundos quiser comprar ativos, o gestor não vai em outras instituições financeiras, compra com a gente. O foco está lá em crescer a quantidade de fundos e de ativos criando atividades paralelas." A ID CTVM foi sucessora da licença da BR Partners, que existia desde 2012. Está credenciada como participante pleno da B3, uma estrutura de corretora "light" plugada à Guide Investimentos.

Foi de onde Atherino saiu um ano após a conclusão da venda do negócio para o grupo chinês Fosun, em 2018. O executivo também fundou a antiga Corretora Doria Atherino, que depois se juntaria à Fator.

"Regulamentação [de fundos] mudou e BC autorizou corretora a ter banco digital" Alexandre Atherino

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187614

Para zerar fila, INSS paga o dobro do salário

BIANCA LIMA ANNA CAROLINA PAPP BRASÍLIA

Em meio a cobranças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pretende acelerar o trabalho extra dos servidores no âmbito do Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**, lançado na semana passada por meio de medida provisória.

Com o objetivo de reduzir a fila de 1,8 milhão de pedidos à espera de análise, o **INSS** aumentou, na terça-feira, de seis para 15 o número máximo de processos extras por dia por funcionário. O mutirão, que deve durar nove meses e é prorrogável por mais três, prevê o pagamento de bônus por processo concluído, que pode chegar a quase dobrar o salário do servidor - com um adicional máximo de R$ 10.064 por mês.

"Só estão sendo analisados os processos acima de 45 dias, e os mais antigos têm prioridade", afirmou ao Estadão o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto. Segundo ele, a adesão dos funcionários superou a expectativa, e a jornada se estende aos fins de semana. Stefanutto projeta que, nesse ritmo, seja possível zerar a espera acima de 45 dias (prazo regular) antes do fim do ano.

Servidor de carreira do **INSS**, Stefanutto tomou posse à frente do órgão há apenas duas semanas, no lugar de Glauco Fonseca Wamburg, demitido por suspeita de promover uma "farra" de passagens aéreas com dinheiro público.

A troca também ocorreu em meio a críticas do presidente Lula às longas filas de espera.

"HUMANIZAR FILA". "A minha presidência é para humanizar a fila. É saber que não tem um CPF ali, tem uma pessoa que, se ficar mais de um mês sem receber, vai ter dificuldade", diz Stefanutto. "Desde a elaboração do plano de governo, com o qual eu colaborei, havia um desconforto muito grande (por parte do presidente Lula) com essas pessoas na fila." Atualmente, há 1,79 milhão de solicitações de benefícios e perícia médica à espera de análise do **INSS**. Segundo o Portal da Transparência Previdenciária, 64% dos pedidos estão na fila há mais de 45 dias. Desses, 24% aguardam de 45 a 90 dias; 27%, de três a seis meses; 11%, de seis meses a um ano; e 2% esperam há mais de um ano.

Ele classifica a situação atual como "vergonhosa" e diz que são necessárias, além das ações emergenciais, medidas estruturantes para evitar o acúmulo de pedidos em análise, entre as quais o aumento da automação. Hoje, segundo o presidente do órgão, mais de 30% dos benefícios são analisados de forma automática, sem depender de um servidor. A ideia é melhorar o algoritmo e elevar essa fatia. Com isso, os funcionários poderiam ser deslocados para avaliações de processos mais complicados.

Há também a previsão de contratação de novos **servidores públicos** - o que ainda depende de aval do Palácio do Planalto.

A ideia é aproveitar um concurso realizado no ano passado, com 3 mil aprovados.

Desses, cerca de 1 mil já foi incorporado ao **INSS**.

"Minha presidência é para humanizar a fila.

É saber que não tem um CPF ali, tem uma pessoa que, se ficar mais de um mês sem receber, vai ter dificuldade" Alessandro Stefanutto Presidente do **INSS**

Longa espera

Veja o tamanho da fila de pedidos por categoria

Perícia médica 596.699 pessoas

Benefício à PCD 437.077

Aposentadoria por idade 222.771

Aposentadoria por tempo de contribuição 134.399

Pensão por morte 122.683

Salário-maternidade 115.066

Auxílio incapacidade temporária 78.906

Benefício de Prestação Continuada (BPC) 74.517

Auxílio-reclusão 7.937

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Governo registra rombo de R$ 45,2 bi em junho

EDUARDO RODRIGUES AMANDA PUPO BRASÍLIA

As contas do governo central (que considera o Tesouro Nacional, a **Previdência Social** e o Banco Central) registraram em junho o pior resultado para o mês desde 2021. Dados divulgados ontem pelo Tesouro mostram um déficit primário de R$ 45,223 bilhões, ante saldo positivo de R$ 14,588 bilhões em junho do ano passado.

No acumulado do primeiro semestre, a diferença entre receitas e despesas ficou negativa em R$ 42,509 bilhões, também o pior desempenho desde 2021.

A meta fiscal para 2023 admite um rombo primário de até R$ 238,2 bilhões. No último Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, publicado na semana passada, o Ministério do Planejamento e Orçamento estimou um déficit de R$ 145,4 bilhões nas contas deste ano - equivalente a 1,4% do **PIB**. Mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem repetido que o governo ainda mira um déficit de 1% do **PIB** no ano.

Essa meta foi reforçada ontem pelo secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, durante a divulgação dos dados de junho. "Buscamos nos aproximar o máximo possível de um déficit de R$ 100 bilhões em 2023", disse ele.

Questionado sobre como a Fazenda alcançaria a promessa para o ano, Ceron respondeu que o "empoçamento" de recursos nos ministérios "tende" a ser expressivo, "superior a uma dezena de bilhões", o que ajudaria no resultado primário do governo. Em 2022, os valores que ficaram parados nas pastas foram de R$ 20,7 bilhões.

O secretário disse ainda que medidas que vão impulsionar as receitas, como a reoneração dos combustíveis, terão seus efeitos sentidos com mais força neste segundo semestre.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Novo presidente pretende fazer mudança "estrutural" no INSS

O novo presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Alessandro Stefanutto, assumiu a autarquia neste mês com a missão de acabar com a chamada fila de quase 1,8 milhão de pedidos que aguardam análise, ou seja, fazer com que todos os requerimentos sejam analisados dentro do prazo legal de 45 dias. Para isso, o governo e o **INSS** já lançaram o programa de pagamento de bônus aos servidores.

Mas, além desse desafio de curto prazo - que espera estar resolvido até dezembro, Stefanutto pretende fazer mudanças estruturais no **INSS**, de forma a impedir que a fila volte a se formar nos próximos anos. São cerca de 800 mil novos requerimentos que entram todo mês, que ele quer processar dentro de até 45 dias.

Em entrevista exclusiva ao Valor, Stefanutto contou que aposta em duas frentes para resolver de forma estrutural a questão da fila do **INSS**: aumentar a automação na análise dos processos (hoje em 30% e ele quer chegar a 50% até 2026) e reforçar o quadro efetivo, com mais 3 mil novos servidores (1 mil já foram nomeados em junho e ele deseja chamar mais 2 mil, decisão que depende do governo).

Até o fim do mandato do governo Lula, o presidente do **INSS** quer que benefícios mais simples de serem concedidos, como salário- maternidade, saiam automaticamente, sem a pessoa precisar buscar o **INSS**. Para outros benefícios, como BPC (Benefício de Prestação Continuada) e auxílio incapacidade, a meta é que sejam atendidos em até 30 dias.

"Encontrei uma Previdência que faz mais cálculo do que cuida do ser humano. Cálculos são importantes.

É importante saber, planejar, mas esses cálculos que encontrei não são de planejamento. São cálculos de tratar todo mundo como um CPF, sejam servidores ou nossos segurados", disse "É preciso humanizar a Previdência." O problema da fila do **INSS** se intensificou nos últimos anos, principalmente durante a pandemia, quando as agências ficaram fechadas.

Nessa época, a fila para análise de processos ultrapassou a marca de 1 milhão. De lá para cá, a quantidade de pessoas aguardando a liberação de benefício só aumentou, apesar de algumas medidas adotadas em governos anteriores.

Stefanutto explicou que nesta fila de 1,8 milhão há provavelmente 900 mil pessoas que realmente têm direito ao benefício, considerando que do total de pedidos recebidos por mês 50% são deferidos. "Esse benefício está demorando tanto que muitas vezes ele [pessoa que solicitou] está tendo problema de sobrevivência", destacou.

Mesmo sem citar valores, ele disse que a redução das filas terá um impacto fiscal baixo. Ele lembrou que o **INSS** gasta cerca de R$ 100 milhões por ano com pagamento dos juros incidentes devido à demora na concessão do benefício. Se o segurado tem direito e o benefício não é liberado em 45 dias, o governo tem que pagar juros e multa pelo atraso.

O montante pode parecer baixo diante dos pagamentos mensais superiores a R$ 800 bilhões, porém, é o equivalente à despesa que se terá com o bônus para os servidores do órgão. São R$ 123 milhões reservados no Orçamento, mas Stefanutto disse que espera gastar um valor menor. Ele explicou que, uma vez zerada a fila, o programa se encerra, ou seja, a expectativa é o bônus dure menos do que os nove meses autorizados via medida provisória.

O presidente do **INSS** se mostrou otimista em zerar as filas com o ganho de produtividade esperado devido ao pagamento desse extra. Mas essa é uma estratégia para resolver o problema mais grave de curto prazo.

Por isso, ele explicou a importância de investimentos em automação para que os servidores se dediquem à análise de processos mais complexos como, por exemplo, pagamento de aposentadoria rural. Ele acredita ser possível, até o fim de 2026, que 50% dos benefícios sejam liberados rapidamente - numa concessão ativa - devido à intensificação da automação das análises. Mas, ressalta, que tudo depende de um banco de dados de qualidade.

Além disso, precisa que os brasileiros mantenham seus dados atualizados no aplicativo "Meu **INSS**", em especial informações básicas, como endereço e telefone, para que os servidores consigam entrar em contato quando necessário.

Em relação aos servidores, comentou que são atualmente 18 mil, sendo que 11 mil atuam na "linha

de frente", ou seja, na análise dos requerimentos. Se o governo chamar mais 2 mil, além dos 1 mil nomeados em junho, a parcela na "linha de frente" chegará a 14 mil, número que Stefanutto considera equilibrado para os desafios que virão.

"Encontrei uma Previdência que faz mais cálculo do que cuida do ser humano" Alessandro Stefanutto

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187614

Reforma ministerial se arrasta e fica para agosto

As negociações que deverão levar nomes de PP e Republicanos para a Esplanada dos Ministérios já duram 50 dias e só deverão ser concluídas em agosto. Até agora, não há consenso sobre quais pastas os indicados pelos dois partidos do Centrão vão ocupar. Além disso, os deputados André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), escolhidos para assumir os cargos, estão fora de Brasília nesta semana.

Os dois aguardam um chamado do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. O Republicanos indicou Costa Filho e pleiteia o Ministério do Esporte. Já o PP pediu que Fufuca ficasse com a pasta do Desenvolvimento Social. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porém, disse publicamente que não abriria mão dessa pasta, responsável pelo Programa Bolsa Família e comandada pelo petista Wellington Dias. Ele também resiste a desalojar Ana Moser do Esporte.

Costa Filho está em Pernambuco e só deve voltar para Brasília no começo da próxima semana, quando acaba o recesso parlamentar. O deputado tem realizado encontros políticos com prefeitos do estado.

Fufuca esteve na capital federal no começo da semana, mas não teve encontros com a cúpula do governo. Na quarta-feira foi para o Maranhão.

Com a resistência de Lula em mexer nos dois ministérios inicialmente almejados, o governo estuda novos desenhos para acomodar PP e Republicanos na Esplanada. As discussões começaram na noite de terça-feira em uma reunião de Lula com Padilha e o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

Segundo o colunista Lauro Jardim, do GLOBO, Lula e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já conversaram por telefone para acertar os ponteiros sobre o "timing" das mudanças na Esplanada.

O presidente ficou de acertar os ponteiros internamente, com PT, PCdoB e PSB, e posteriormente voltar a falar com Lira. A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann, já admitiu que seu partido terá que ceder espaço em nome da governabilidade. Os outros dois aliados históricos, no entanto, resistem.

O presidente do PSB, Carlos Siqueira, deu declarações públicas criticando a negociação com o Centrão e lembrando o apoio estratégico de seu partido a Lula nas eleições do ano passado. Os pessimistas comandam o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com o vice-presidente Geraldo Alckmin, e Portos e Aeroportos. Aliados avaliavam que um dos dois poderia ser remanejado para abrigar PP ou Republicanos. Já o PCdoB comanda o Ministério da Ciência e Tecnologia. Nesse caso, Luciana Santos poderia ser deslocada para outra pasta, já que o governo é pressionado a não diminuir o número de mulheres no primeiro escalão.

MINISTRO INFORMAL

Outra negociação que se arrastou foi a troca de Daniela Carneiro (União-RJ) por Celso Sabino (União-PA) no Ministério do Turismo. E, apesar de ter sido anunciado para o cargo no dia 6 deste mês, até hoje Sabino não tomou posse. Mesmo assim ele já despacha no ministério.

Daniela perdeu apoio do União Brasil para permanecer no cargo. O Planalto fez a troca na tentativa de garantir mais votos do partido na Câmara

A FALTA DE SINTONIA ENTRE LULA E O CENTRÂO

Saúde na mira

Com um dos maiores orçamentos da Esplanada, o Ministério da Saúde foi o primeiro a entrar na mira do PP. 0 presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, blindou Nísia Trindade, ex-presidente da Fiocruz.

Social, responsável pelo Bolsa Família. Lula entrou em campo de novo e disse publicamente que essa pasta não está na mesa de negociação. O ministério é comandado pelo PT.

Apetite pelo Bolsa Família

Na sequência, o PP, um dos pilares do Centrão, centrou fogo no Ministério do Desenvolvimento

Interesse pelo Esporte

Já o Republicanos indicou o deputado Silvio Costa Filho (PE) para o Ministério do Esporte. Lula também não tem se mostrado disposto a desalojar Ana Moser, que é da sua cota pessoal.

Rodada de conversas

Lu la começará a receber os partidos nos próximos dias. 0 primeiro deve ser o Republicanos, com o líder da legenda na Câmara, Hugo Motta (PB), e o presidente da sigla, deputado federal Marcos Pereira (SP). Na sequência, fará o mesmo com o PP. Durante a votação da **Reforma Tributária**, Lula já havia sinalizado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que os novos partidos eram bem-vindos no governo.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Análise: governabilidade de Lula depende de um bom acordo com o Centrão

Luiz Carlos Azedo

Um velho jargão da política diz que um bom acordo, para ser duradouro, precisa ser ruim para todos os envolvidos, mas não tanto que possa ser rompido. No caso da **reforma ministerial** à vista, porém, precisa ser bom o suficiente para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva formar uma maioria absoluta na Câmara, ou seja, garantir ao menos o apoio de 257 deputados, o quórum mínimo para aprovação de leis ordinárias. A aprovação de emendas constitucionais, por quórum qualificado, ou seja, por mais de três quintos dos deputados, exige o apoio de 308 deputados. Dificilmente a reforma chegará a isso.

Por essa razão, a decisão de incorporar o PP e o Republicanos ao governo Lula pressupõe saber se realmente esses partidos entregarão os votos de suas bancadas na Câmara, que foram eleitas majoritariamente na base eleitoral do ex-presidente Jair Bolsonaro. Não se trata apenas da lealdade dos novos ministros, mas da sua capacidade de amarrar os votos de suas legendas. Essa questão está posta principalmente por causa do União Brasil, cuja bancada majoritariamente votava contra o governo, porque não se sentia representada pela deputada Daniela Carneiro (RJ) no Ministério do Turismo.

Daniela havia sido indicada pelo ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (União-AP), juntamente com Juscelino Filho (MA), para o Ministério das Comunicações, e Waldez Góes (PDT), seu aliado na política do Amapá, para o Ministério do Desenvolvimento Regional e da Integração. Daniela foi substituída por Celso Sabino (União-PA), mas nada assegura que o líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), e na Câmara, Elmar Nascimento (BA), garantam um apoio monolítico de suas bancadas. O presidente do União Brasil, Luciano Bivar (PE), já disse que não fará parte da base, mas também não fará oposição sistemática. É uma relação, no mínimo, pastosa do União Brasil com o governo Lula.

Se olharmos para as grandes votações na Câmara, veremos que as vitórias do governo foram expressivas quando houve convergência de agendas entre a equipe econômica de Lula e a maioria conservadora da Câmara, liderada pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Na votação do arcabouço fiscal, o Palácio do Planalto teve apoio de 88% da bancada do União Brasil (50 sim x 7 não), 87% dos Republicanos (34 sim x 5 não) e 85% do PP (39 sim x 7 não). No caso da **reforma tributária**, o apoio do União Brasil caiu para 81% (48 sim x 11 não), o do Republicanos subiu para 88% (36 sim x e não) e do PP baixou para 82% (40 sim x 9 não).

O problema é quando a agenda é de interesse exclusivo do governo, que precisa da solidariedade do Legislativo. Na reestruturação ministerial, o apoio do União Brasil caiu para 59% (35 sim x 15 não), do Republicanos para 74% (31 sim x 7 não) e do PP para 69%. A grande incógnita é exatamente essa: qual será o posicionamento do Centrão quando entrar em jogo a agenda social do governo e a questão dos direitos humanos? Esse é o xadrez que o presidente Lula está jogando.

Setores liberais

As mexidas na Esplanada dos Ministérios têm como pano de fundo essa questão. Em princípio, os ministros indicados são aliados de Lula, que o apoiaram nas eleições passadas: Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) é aliado histórico do PT, como seu pai, que, inclusive, o visitou na cadeia, em Curitiba (PR). Como se sabe, quem foi solidário com Lula na hora mais difícil está sendo muito bem tratado pelo presidente da República. André Fufuca (PP-MA), um anfíbio, é aliado de Arthur Lira e do ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB). Muito jovens, ambos dependerão dos caciques de suas legendas para garantir os votos de suas bancadas, além do apoio de Lira.

Uma outra questão é a mudança no caráter do governo Lula, que não tem um programa que unifique a ampla frente democrática que garantiu sua vitória no segundo turno. O programa está na cabeça de Lula e tem como base a velha agenda de seus mandatos passados, o que descontenta setores liberais que o apoiaram no segundo turno. A fraqueza desses setores no Congresso será compensada, sim, pelo ingresso dos setores conservadores no governo, mas isso significará o bloqueio da agenda da renovação da política e dos costumes. A composição do Congresso representa o resultado das eleições de 2022, é a realidade nua e crua; essa aliança à direita, porém, pode se descolar da real correlação de forças na sociedade, favorecendo o sentimento antissistema.

A oposição de extrema direita está sendo isolada, com o ex-presidente Jair Bolsonaro fora da disputa eleitoral de 2026. Lula tenta evitar o surgimento de uma oposição de centro-direita robusta. Para isso, precisa esvaziar as pretensões dos setores democráticos que ficaram órfãos da terceira via de anteciparem a disputa de 2026, o que dependerá do bom desempenho da economia.

A forma como pretende articular o novo conjunto de forças que integram o governo dependerá agora de quem sairá dos ministérios. Se a opção de Lula for sacrificar o PT e ministros de sua cota pessoal, compensando-os com outros espaços no governo, é um desenho que favorece a aliança com os setores liberais; se os defenestrados forem os ministros de centro, está consolidada uma coalizão que aposta na continuidade da radicalização política e na cooptação dos setores conservadores com cargos e verbas, apenas, o que é um risco em caso de uma crise econômica provocada por fatores externos, com a alta da **inflação** em razão da guerra na Ucrânia.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
Governabilidade de Lula depende de um bom acordo com o Centrão

Site:
http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/07/5112406-analise-governabilidade-de-lula-depende-de-um-bom-acordo-com-o-centrao.html

Há coleção de fatores para queda de juros", diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que há vários indicadores para que o Banco Central reduza a taxa Selic de 13,75%, na próxima semana. Desde agosto do ano passado, os juros básicos da economia estão nesse patamar, o maior nível desde o início de 2017. "Tem uma coleção de fatores para a Selic baixar", disse Haddad ao retornar de reunião no Palácio da Alvorada com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. O ministro deu a declaração ao ser perguntado sobre a elevação da nota da dívida pública brasileira, anunciada na quarta-feira pela agência de classificação de risco Fitch. A Fitch aumentou a nota da dívida pública brasileira de BB- para BB. A agência colocou o país duas posições abaixo do grau de investimento, espécie de selo de bom pagador que atesta a capacidade de um país honrar os compromissos e não dar calote na dívida pública.

Haddad disse que a agência indica que o Brasil "tem tudo para ganhar esse jogo". "Fico muito feliz por, em seis meses de trabalho, a gente conseguir sinalizar para o mundo que o Brasil é um país de oportunidades", disse o ministro. Analistas de mercado ouvidos pelo boletim Focus, pesquisa semanal do Banco Central com instituições financeiras, acreditam que o Comitê de Política Monetária (Copom) reduzirá a Selic (juros básicos da economia) em 0,25 ponto percentual, para 13,5% ao ano. Além da decisão da Fitch e da elevação da perspectiva de melhoria de nota pela Standard Poor"s (S P), outra agência de classificação de risco, o comportamento da **inflação** tem reforçado as previsões de corte nos juros.

Em junho, o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou negativo em 0,08%, a primeira deflação em nove meses. OIPCA-15, que serve como prévia da **inflação** oficial, ficou negativo em 0,07% mês. Nos últimos 12 meses, o IPCA acumula alta de 3,16%. OIP-CA-15 soma 3,19% no mesmo período. Para este segundo semestre, os analistas ouvidos pelo boletim Focus acreditam num leve repique da **inflação**, mas o IPCA deverá encerrar o ano em 4,9%.

.A lei que deu autonomia ao Banco Central estabelece dois objetivos para a política monetária: controlar a **inflação** conforme as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e manter o crescimento econômico. Para este ano, a meta do CMN para a **inflação** oficial pelo IPCA está fixada em 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo. Dessa forma, a expectativa do boletim Focus aproxima-se do teto da meta, de 4,75% para a **inflação** em 2023.

ORÇAMENTO Após reunião com Fernando Haddad, a ministra Simone Tebet disse que o governo tem ao menos oito medidas para enviar ao Congresso Nacional com o objetivo de elevar receitas e buscar a eliminação do déficit nas contas públicas em 2024. Ela reconheceu, no entanto, o risco de parte do pacote encontrar dificuldades durante a tramitação, inclusive pelo potencial de impopularidade gerada. Por isso, o governo poderia até mesmo sugerir outras opções no lugar das que forem enviadas. Segundo ela, somente parte das opções disponíveis - quatro ou cinco -deve ser enviada aos parlamentares de forma a fechar as contas na proposta de Orçamento do ano que vem. Com isso, as outras "cartas na manga" podem ser usadas posteriormente em caso de necessidade.

"A lei permite que a gente conte com as receitas já contratadas ou aquelas que já estão em tramitação dentro do Congresso Nacional até 31 de agosto. Então, o ministro Haddad tem algumas cartas na manga do colete. Ele tem oito, mais ou menos, medidas que podem ser implementadas. Não vai necessariamente precisar mandar as oito, pode mandar quatro ou cinco, que podem fechar essa conta", disse.

"Se porventura determinada medida que foi colocada, lá na frente, diante de uma discussão política feita em bases concretas, realistas e honestas, com o Parlamento, for uma medida impopular ou uma medida que não tenha condições de passar, ele [Haddad] troca essa carta por uma outra medida", disse. O governo precisa busca elevar as receitas porque Haddad pretende perseguir a meta de zerar o déficit primário (aquele que desconsidera a conta com juros) no ano que vem. E a pressa existe porque o projeto orçamentário precisa ser enviado até 31de agosto e pode considerar apenas propostas vigentes ou em tramitação.

"Estou muito segura do que me foi apresentado, de que nós teremos, para cumprir o Orçamento conforme entregaremos no dia 31 de agosto, justamente para cumpri-lo, nós estamos trabalhando o Orçamento em

conjunto com a questão da meta fiscal, ou seja, zerar o déficit. É desafiador, mas é factível", afirmou. Nesta semana, Haddad afirmou que a taxação de fundos de super-ricos será enviada em agosto, mesmo após objeções feitas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). "Tem que ir em agosto [taxação dos super-ricos] porque tem que acompanhar o [projeto de] Orçamento", afirmou Haddad ao site Metrópoles. "Não posso mandar o Orçamento sem essas medidas encaminhadas ao Congresso", disse.

Também nesta semana, Lira havia afirmado que o envio da taxação dos superricos poderia embolar a discussão em curso no Congresso. Para o deputado, "uma coisa é concordar com o mérito, outra coisa é concordar com o timing". "Não pude me expressar publicamente, nem conversar mais especificamente com o ministro Haddad, mas eu acho politicamente um risco grande você abrir vários flancos de discussão. Enquanto você está discutindo a **Reforma Tributária** no Senado, se você vem com esse outro viés agora, antes da finalização, você pode embolar esse meio de campo", disse Lira.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/28/07/2023/p1

Rui Costa defende pressão no Senado para aprovar reforma

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, cobrou, ontem, durante a reunião do Consórcio do Nordeste, no Palácio do Planalto, que governadores da região estejam no Congresso Nacional, após o recesso parlamentar de julho, para pressionar os senadores a aprovarem o quanto antes a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, da **reforma tributária**, que já passou pela Câmara dos Deputados. Ele disse que a presença do chefes de Executivo é fundamental para que haja regra justa e igualdade entre os estados. "Quero convidar todos os governadores a mobilizarem suas bancadas e a estarem presentes no Congresso nos temas relevantes de interesse do Nordeste. É fundamental. Vimos governadores de outras regiões presentes na votação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados. É preciso que estejamos lá para que a legislação aprovada trate com equidade as regiões", afirmou o ministro.

O ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes (PDT), apoiou a declaração de Rui Costa e lembrou que é preciso garantir a reforma, mas também o tratamento que promova o desenvolvimento para Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que precisam de estímulos para superar problemas históricos. "É preciso todos colocarem como prioridade (a reforma), um voto pode fazer a diferença. Então, são necessários os apoios de todos os governos, sobretudo do Norte e Nordeste. Tem pauta que o Norte e o Nordeste não podem deixar de fora", observou.

Antes da aprovação na Câmara, a insatisfação de governadores com o texto da **reforma tributária** foi o principal entrave para a votação da proposta. Nove deles foram a Brasília para articular mudanças e tentar adiar a apreciação da PEC. Entre as negociações, estavam a definição de regras para o Conselho Federativo. a divisão do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e novo prazo de transição para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que unificar **tributos** estaduais e municipais. Mesmo com os impasses, após 12 horas de debates no plenário da Câmara, a PEC foi aprovada em dois turnos por ampla maioria.

Um dos governadores mais resistentes é o de Goiás, Ronaldo Caiado, que criticou a composição do Conselho Federativo que distribuirá os **impostos** e que, pela proposta já aprovada na Câmara e em tramitação no Senado, dá mais peso nas decisões a São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, em detrimentos dos demais estados. Ele disse que se proporção for mantida pelo Senado, irá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que a medida seja refeita e rediscutida.

A unificação de **impostos** estaduais e municipais também gerou críticas de governadores e prefeitos, que temem perder arrecadação com a nova distribuição pelo sistema tributário em tramitação no Congresso Nacional.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/28/07/2023/p1

Bolsonaristas culpam Tarcísio por esvaziar pasta reduto de ex-presidente

Carolina Linhares são paulo

Principal reduto bolsonarista no governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) em São Paulo, a Secretaria de Políticas para a Mulher, comandada pela conservadora Sonaira Fernandes (Republicanos), vive um esvaziamento, segundo integrantes da pasta.

Aliados de Sonaira apontam que a secretaria, criada a partir de promessa de campanha de Tarcísio, sofre falta de cargos, de orçamento e até de espaço físico. Para eles, a secretaria existe no papel, não, na prática.

A insatisfação com as condições de trabalho na pasta reforça a percepção de bolsonaristas de que são um grupo relegado na administração Tarcísio, eleito com o apoio do padrinho Jair Bolsonaro (PL) e tido como primeira opção da direita para 2026 com a inelegibilidade do ex-presidente.

O conflito existe também da parte do governo, mas por outras razões. O entorno de Tarcísio reclama da postura considerada ideológica e militante demais de Sonaira e diz que a pasta entrega pouco.

Ligada ao deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), de quem foi assessora parlamentar, Sonaira é vereadora na capital paulista e se licenciou para assumir a secretaria. Em redes sociais, publica conteúdo evangélico, anti-aborto, críticas ao governo Lula (PT) e fotos com Bolsonaro.

Apelidada de Damares paulista, em referência à ex-ministra e senadora Damares Alves (PL-DF), é crítica do feminismo.

A desavença em relação à secretaria se soma a outros embates entre Tarcísio e apoiadores de Bolsonaro, que acabaram agravados após o desentendimento entre o governador e o ex-presidente em torno da **Reforma Tributária**. As rusgas atingem também a Assembleia Legislativa, onde o governador tem enfrentado crises em sua base de apoio.

Após o entrevero com Bolsonaro, deputados da direita conservadora reforçaram críticas a Tarcísio por não se alinhar com esse campo. Ele tem se reposicionado ao centro e investe na imagem de técnico, não de político.

Na pasta de Sonaira, uma das poucas concessões de Tarcísio a bolsonaristas, a leitura é a de que a secretária não tem meios para realizar mais projetos e tem ficado escanteada.

Os aliados de Bolsonaro veem má vontade e dizem que o governo quer fazer parecer que atendeu à direita, mas não teve bons resultados.

Segundo bolsonaristas que falaram reservadamente com a Folha, os pedidos de mais cargos para a pasta são travados pelo governo, e outras secretarias não apoiaram iniciativas como atendimento móvel para saúde da mulher e um sistema de socorro a vítimas de violência via aplicativo.

Auxiliares de Tarcísio dizem que os problemas da pasta são semelhantes aos de outras secretarias, que também pedem cargos, orçamento, estrutura e equipamentos. Para eles, é ilação dizer que se trata de questão política.

A Folha apurou haver discordância entre Sonaira e a secretária de Comunicação, Lais Vita, para quem Tarcísio e seus secretários devem manter postura institucional nas redes. Sonaira foi cobrada a maneirar nas publicações pró-vida e contra Lula.

Por não se enquadrar no perfil esperado pelo governo, ela é vista como um problema no Palácio dos Bandeirantes.

Interlocutores da secretária dizem ser necessário manter a militância e o engajamento nas redes, pois ela deve disputar novamente uma cadeira na Câmara no ano quevem e não pode se anular politicamente.

Afirmam ainda que o governo Tarcísio está desconectado do momento de guerra entre esquerda e direita na disputa pela Prefeitura de São Paulo.

Quando prometeu criar a Secretaria da Mulher, Tarcísio falou que a pasta teria "diretorias estruturadas". O tema das mulheres ocupou uma de suas propagandas na TV.

A secretaria é encarregada de acompanhar denúncias de violência contra a mulher que chegam via ouvidorias, dar pareceres sobre projetos de lei sobre o tema e regulamentar as leis já sancionadas -o que seria impossível com a equipe atual, de acordo com

funcionários.

Segundo o Portal da Transparência, há apenas 24 pessoas lotadas na Secretaria de Políticas para a Mulher, com salários brutos que variam de R$ 1.939,94 a R$ 10.613,71. Uma das ponderações de servidores da pasta é que o governo precisaria disponibilizar cargos de salários maiores para atrair funcionários gabaritados.

A própria Sonaira, ainda de acordo com o portal, está formalmente abrigada na Secretaria de Direitos da Pessoa com Deficiência, assim como ao menos outros dois assessores da sua pasta -Lucas Espíndola (com salário bruto de R$ 8.840,05) e Teresinha líamos Neves (R$ 16.201,99).

A secretaria chefiada por Marcos da Costa, que divide um prédio no Memorial da America Latina com a secretaria de Sonaira, tem 58 funcionários no total.

Auxiliares de Sonaira afirmam ainda que herdaram questões trabalhistas e contratuais da antiga Secretaria de Logística e Transportes do governo PSDB, já que o órgão da Mulher foi criado utilizando o CNPJ que já existia para aquela pasta. Eles apontam haver insegurança jurídica.

No Portal da Transparência, as despesas da pasta da Mulher se confundem com as da secretaria anterior. No Orçamento de 2023, os R$ 9,8 bilhões separados para Logística e Transportes foram reajustados para R$ 793,3 milhões disponíveis para a Secretaria de Políticas para a Mulher.

A assessoria de imprensa da secretaria argumenta que a manutenção do mesmo CNPJ deu agilidade à criação da pasta e que o órgão é transversal, atuando em parceria nas políticas públicas executadas por outras pastas e, por isso, teve a verba redimensionada.

Em nota enviada à reportagem, a assessoria lista duas ações da pasta -coordenação de um grupo de trabalho para regulamentar duas leis de combate à violência contra a mulher em bares e restaurantes e a divulgação em cidades do interior de duas linhas de crédito da Desenvolve SP para mulheres.

"A SP Mulher fechou acordo com a Universidade Virtual do Estado de São Paulo para capacitar os profissionais que trabalham nos bares e restaurantes", afirma a assessoria.

As duas leis sancionadas por Tarcísio são de autoria de deputados, não do Executivo, e foram aprovadas na legislatura anterior. Já as linhas de crédito foram elaboradas às pressas, na véspera do Dia da Mulher.

A secretaria afirma que "as ações desenvolvidas e articuladas pela SPMulher têm orçamento garantido pelo governo". "É a primeira vez que São Paulo tem uma secretaria exclusivamente voltada para as mulheres", completa.

R$ 793,3 milhões é o valor disponibilizado para a Secretaria de Políticas para a Mulher no Orçamento de 2023

24 é o número de pessoas lotadas nos quadros da Secretaria de Políticas para a Mulher

R$ 1.939,94 a R$ 10.613,71 é a variação salarial dos funcionários da secretaria de Sonaira Fernandes

Site:
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50351

Tebet aceita Pochmann por ordem de Lula e avaliação de IBGE "sem peso"

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, cedeu a um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para nomear o economista Marcio Pochmann para a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por entender que o órgão responsável por pesquisas como o Censo tem pouco valor no "mercado político". Seus colegas de MDB, partido de Tebet, quando informados da intenção do presidente - comunicada há 15 dias - também avaliaram que a ministra não deveria resistir ao desejo do Palácio do Planalto.

A nomeação para a direção do IBGE (que é subordinado ao Planejamento) vinha sendo objeto de uma queda de braço que ocupou nos últimos dias as autoridades de Brasília. Pochmann é professor na Unicamp, escola de linha econômica majoritariamente heterodoxa - que defende o aumento dos gastos públicos e a maior presença do Estado na economia.

Também foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) entre o fim do segundo mandato de Lula e o começo do primeiro de Dilma Rousseff. Atualmente, preside o Instituto Lula.

Há sete meses, o cargo no IBGE estava sob o comando provisório de um técnico, Cimar Azeredo, que liderou a realização do Censo. O posto não havia sido ambicionado pelo MDB nem cobiçado pelo PT até agora, e Tebet cogitava escolher um nome de peso da academia para dar verniz ao órgão.

Mas Lula preferiu Pochmann.

Como o presidente ainda não havia feito pedidos por cargos no Ministério do Planejamento, a concessão era o único caminho para a ministra, dizem seus aliados. Eles afirmam acreditar ainda que o recuo ajude a adiar pedidos do PT, que poderiam, aí sim, desestabilizar a condução da política econômica.

Questionada ontem sobre a indicação, Tebet disse que vai se reunir com Pochmann na próxima semana, e quer ouvi-lo a despeito das críticas de que é alvo. "Não faço o prejulgamento, porque eu já fui muito prejulgada na minha vida profissional e política. Eu vou ouvi-lo primeiro", disse ela, depois de reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir o remanejamento de recursos do atual Orçamento. Ela afirmou ainda que terá "prazer em atender" ao pedido pessoal feito por Lula.

Mas a escolha foi alvo de críticas de economistas que apoiaram a candidatura de Tebet à Presidência em 2022, que veem Pochmann como muito ligado a ideias heterodoxas na área. Já os aliados da ministra no meio político creem que as críticas a Pochmann, disparadas nos últimos dias, partiram desse núcleo mais aguerrido e que desconsidera o peso de um pedido vindo do próprio presidente.

Petistas graduados no governo Lula atribuem a escolha de Pochmann para o cargo à vontade do presidente de recompensá- lo por ter aceitado dirigir o Instituto Lula "na baixa", antes da vitória eleitoral do ano passado.

Desde 2020, Pochmann comanda o instituto e seu mandato se encerra neste ano.

SEM PODERES. Nem os aliados de Tebet nem os petistas creem que Pochmann terá poderes capazes de alterar o rumo da economia, ainda mais depois dos bons resultados que o governo vem colhendo na área econômica, como a aprovação da **reforma tributária** na Câmara.

Pochmann seria um observador a distância, esperam eles, reafirmando os poderes conferidos a Haddad neste momento - diferentemente do que aconteceu em sua gestão à frente do Ipea, marcada por concursos enviesados e expurgos de pesquisadores.

O acerto entre a ministra e Lula previa o anúncio após a conclusão das divulgações do Censo, mas isso foi atropelado por declaração dada na quartafeira pelo ministro Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). Com a confirmação pública, Tebet disse que não poderia prejulgar o trabalho de Pochmann, abrindo uma frente de diálogo.

Em sua primeira aparição nas redes sociais depois de ter o nome indicado para o IBGE, Pochmann publicou a capa de um livro intitulado O professor é o inimigo: uma análise sobre a perseguição docente no Brasil. "Interessante abordagem de como opera a coalizão neoconservadora", escreveu ele, no Twitter.

O livro, publicado no fim de 2021 pela Mórula Editorial, é de autoria de Pâmella Passos e Amanda Mendonça.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Economista já criticou Pix e queria alíquota de 60% para o IR

BIANCA LIMA e ANNA CAROLINA PAPP

Além de uma atuação contestada como presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o economista Marcio Pochmann, indicado agora para assumir o comando do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumula opiniões controversas.

Pochmann, por exemplo, já criticou o Pix, meio de pagamento instantâneo criado pelo Banco Central - que, seis meses depois do seu lançamento, já tinha ultrapassado o volume de transações da TED e do DOC no País. Em 13 de outubro de 2020, o economista publicou no Twitter que, com o Pix, o BC dava "mais um passo na via neocolonial". "Na sequência, vem a abertura financeira escancarada com o real digital e a sua conversibilidade ao dólar. Condição perfeita ao protetorado dos EUA", escreveu ele.

Durante o seu mandato à frente do Ipea, entre 2007 e 2012, Pochmann defendeu uma **reforma tributária** que acabasse com o PIS e a Cofins, dois **tributos** federais que incidem sobre o consumo, e que criasse um sistema para o Imposto de Renda com 12 faixas de cobrança - em vez das duas existentes à época. O modelo previa a cobrança de uma alíquota de 60% para quem tinha renda superior a R$ 50 mil mensais. Além disso, ele disse que deveria haver a cobrança de 1% de imposto sobre grandes fortunas.

EXPLORAÇÃO DO ESPAÇO. Em entrevista à agência Reuters em setembro de 2021, Pochmann afirmou que o Brasil deveria apostar na geração de riqueza em frentes às quais dedica pouca ou nenhuma atenção, começando pela exploração do "espaço sideral".

"Brasil não tem GPS. Como podemos dizer que Brasil é país autônomo quando todo seu sistema de informação e comunicação vinculado ao espaço sideral, portanto à internet, depende de empresas que não são brasileiras?", afirmou.

Na mesma entrevista, Pochmann criticou a concentração do debate econômico à época em temas como a manutenção ou não do teto de gastos e a alta da **inflação**. "Não quero menosprezar o problema da **inflação**, sobretudo num País como o nosso. Mas estabilizemos a **inflação**, e daí? O que acontecerá? Espontaneamente, virão os investimentos? De onde? Em que setores?", questionou.

No mês passado, Pochmann usou as redes sociais para criticar as reformas trabalhista e previdenciária. Segundo ele, as mudanças nas leis e o "fiscalismo" colapsaram o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

O caminho até o grau de investimento (Editorial)

Cinco anos depois de cortar a nota de crédito do País, a agência de classificação de risco Fitch voltou a elevar o rating soberano brasileiro. A decisão, segundo a agência, reflete um desempenho macroeconômico e fiscal melhor que o esperado e a expectativa de que o governo continue a avançar na direção de reformas estruturantes.

Na escala da Fitch, o Brasil está a dois degraus do grau de investimento, selo que atesta a capacidade de um país honrar sua dívida. A notícia, por óbvio, foi muito comemorada pelo governo Lula. A Fitch, afinal, deu um voto de confiança ainda mais forte que o da S P Global Ratings - que, no mês passado, alterou a perspectiva do rating brasileiro de estável para positiva, deixando um caminho aberto para elevar a nota de crédito do País em algum momento no futuro.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a agradecer ao Congresso, cujas lideranças têm demonstrado apoio a projetos como o arcabouço fiscal e a **reforma tributária** sobre o consumo. Mas, como Haddad admitiu, ainda há um longo caminho a ser percorrido até que o País obtenha novamente o selo de bom pagador.

É importante lembrar o contexto que levou a Fitch a reduzir a nota de crédito brasileira em fevereiro de 2018. Naquela semana, o governo Michel **Temer** havia acabado de desistir de tentar aprovar a reforma da Previdência no Legislativo. De maneira muito semelhante, a perda do grau de investimento dado pela S P, em 2015, ocorreu dias após a então presidente Dilma Rousseff enviar ao Congresso um Orçamento exótico, que de saída previa déficit primário.

Sob o governo Jair Bolsonaro, o Congresso aprovou marcos relevantes, como a reforma da Previdência e a autonomia do Banco Central. O rating brasileiro, no entanto, permaneceu inalterado. Construir uma reputação positiva, afinal, é um processo muito mais demorado e trabalhoso do que arruiná-la.

Para deixar o grupo de países classificados na categoria especulativa, o País terá que se esforçar mais, como deixou claro o codiretor de ratings soberanos para as Américas da Fitch, Todd Martinez. "Neste momento, não vemos necessariamente o Brasil claramente em uma trajetória para recuperar o grau de investimento, mas reconhecemos que a agenda do governo Lula está focada precisamente nos pontos que podem levar a um rating mais alto", afirmou.

Retomar o grau de investimento é essencial para que o País possa voltar a receber recursos de fundos estrangeiros que atrelam seus investimentos ao selo de bom pagador, sobretudo na área de infraestrutura. Nesse sentido, fez bem o Ministério da Fazenda ao reiterar, em nota, o compromisso com a agenda de reformas.

O arcabouço e a **reforma tributária** são passos importantes nessa direção, mas somente um incontestável compromisso com a austeridade fiscal será capaz de devolver ao País o grau de investimento. Mais do que a intenção de aumentar a arrecadação e a promessa de metas fiscais tão ambiciosas quanto improváveis, isso requer rever a estrutura e a rigidez do gasto público, um ajuste que o governo Lula lamentavelmente resiste em fazer.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Nota do Brasil coroa mérito, mas exige aprovar reformas (Editorial)

A decisão da agência de classificação de risco Fitch de elevar a nota de crédito do Brasil deixou o país mais próximo do grau de investimento, o selo de bom pagador perdido em 2015. Como é comum quando ocorrem mudanças de avaliação, desta vez também há diferentes causas. A agenda econômica pragmática do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sob a responsabilidade do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é, sem dúvida, uma das razões. A Fitch menciona avanços nas regras fiscais e na **reforma tributária**. Nos dois casos, é também indiscutível o protagonismo do Congresso. O novo arcabouço fiscal passou na Câmara e no Senado (agora espera nova votação dos deputados). A **reforma tributária** está sob análise do Senado, depois de aprovada na Câmara. Por isso acertou Haddad ao dividir com os presidentes das duas Casas a melhoria da avaliação.

Porém, para justificar a nota da Fitch, tanto o governo como o Congresso têm muito a fazer. Aprovar de forma imediata a nova regra fiscal não apresenta dificuldades. Por outro lado, o texto final da reformulação do sistema tributário ainda é uma incógnita. As chances de os senadores piorarem o projeto vindo da Câmara, sem fazer os acertos necessários, não são baixas. Quando voltarem a analisar a questão, eles deverão lembrar o que diz a Fitch: a **reforma tributária** é parte da solução para um dos "maiores gargalos da competitividade" brasileira. Precisa ser feita com a devida urgência e para beneficiar a sociedade como um todo (não grupos de lobby que fingem falar em nome da maioria).

Ainda olhando para a frente, o governo tem enormes desafios para cumprir as suas próprias metas de ajuste das contas públicas. Os objetivos são zerar o déficit em 2024 e obter superávits em torno de 0,5% do **PIB** em 2025 e 1% em 2026. Um dos fatores geradores de insegurança entre economistas é a equipe econômica contar com certas medidas que nem foram apresentadas ao Congresso, como a taxação de fundos de investimentos exclusivos. A Fitch diz esperar que o esforço de acabar com alguns benefícios fiscais seja bem-sucedido, mas reconhece a existência de riscos.

O passado também ajuda a explicar a melhora da nota de crédito do Brasil, como as reformas trabalhista, da Previdência e a independência do Banco Central (BC). A atuação da autoridade monetária, por sinal, foi elogiada pela Fitch. Após mencionar que a **inflação** de 12 meses caiu para 3,2% em junho - um ano antes era de 11,9% -, a agência diz que o BC "manteve uma política prudente e proativa durante o recente choque inflacionário". Evitar retrocessos dessas e outras conquistas é também papel do atual governo.

Mantido esse rumo, é provável que a Standard Poor"s (S P) e a Moody"s, as duas outras grandes agências, sigam em breve a decisão da Fitch. Em junho, a S P elevou a perspectiva da nota brasileira de "estável" para "positiva". A parceria do Executivo e do Legislativo na construção de uma agenda em favor do crescimento econômico, com a consequente elevação do emprego e da renda, está sendo percebida e tem boas chances de sucesso. Fazer com que dê certo deve ser a maior prioridade do país.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Qual o caminho na economia? - VERA MAGALHAES

VERA MAGALHAES

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, celebrou de maneira elegante a decisão da agência Fitch de elevar a nota de crédito do Brasil: dividiu os louros com os demais Poderes, fez uma aposta na institucionalidade e na previsibilidade e deixou claro que o objetivo é que o país retome o grau de investimento que perdeu em 2018.

O relatório da agência, por sua vez, é reticente. Enxerga boas práticas do governo justamente no que advém da agenda Haddad: o arcabouço fiscal, a aprovação parcial da **reforma tributária** e uma aposta no que chamou de "pragmatismo". Faz ressalvas, no entanto, à pregação de uma agenda não liberal e à defesa, aqui e ali, da revogação do que considera pautas reformistas, como a autonomia do Banco Central, o marco regulatório do saneamento básico e as mudanças nas leis trabalhistas.

No texto, existe quase uma torcida para que essa tentação de rever o que foi aprovado tenha ficado para trás e o pragmatismo prevaleça. Parece ser esse o empenho de Haddad, que tem contado, para isso, com o apoio do Congresso, a ajuda de decisões judiciais, uma nova boa vontade do mercado e uma parceria leal com o Planejamento sob o comando de Simone Tebet.

Nesse cenário de um governo que almeja pelo grau de investimento e está na iminência, ao que indicam todas as previsões, de ver finalmente prevalecer sua pregação pela queda dos juros na reunião do Copom na semana que vem, soa fora de timing o empenho pessoal do presidente Lula, passando por cima de Tebet, para nomear Mareio Pochmann para o IBGE.

O caso causou celeuma maior que uma nomeação para uma função técnica provocaria. A razão para isso é de natureza ideológica e está umbilicalmente ligada a essa bipolaridade que a Fitch enxerga em seu relatório e que tem permeado a discussão da política econômica do governo Lula 3, com Haddad sempre parecendo estar sob escrutínio da ala desenvolvimentista do PT, a espera da primeira brecha para disputar narrativas, decisões e postos.

Lula quer premiar aqueles que estiveram com ele na "travessia do deserto", isso é algo evidente. Quando viu Pochmann submetido a uma fritura, tratou de consumar sua escolha para estancar o processo.

Acontece que o pé atrás com o economista advém do retrospecto de sua gestão à frente do Ipea, um órgão de tamanho bem mais reduzido do que agora vai pilotar.

Na esteira da confirmação de Pochmann para o IBGE, ganhou força o balão de ensaio de que Guido Mantega poderia ir para o comando da Vale, que vem tentando ser içado pelo PT desde o início do ano.

Trata-se de uma operação bem mais complexa, que envolveria convencer acionistas de uma empresa privada de capital pulverizado a premiar um ex-ministro da Fazenda visto por agentes internacionais - entre os quais as agências de risco que o Brasil precisa convencer se quiser mesmo de volta o tal selo de bom pagador-como responsável por heterodoxias que condenaram o país à recessão e ao descontrole fiscal e inflacionário.

O governo pode fazer uma opção por revisitar o caminho do governo Dilma na economia. Mas isso não combina com festejar a decisão de uma agência de elevar a nota de crédito do país e almejar por novas notícias como essa.

Não se trata de um julgamento simplista, do tipo mocinhos e bandidos: na avaliação feita por agências de risco, a responsabilidade fiscal e a agenda de reformas é que contam pontos, não o receituário de maior papel do Estado na indução do desenvolvimento.

O governo até aqui parece ter encontrado uma boa equação: conseguiu mais recursos para os programas sociais e de transferência de renda e tem lançado, sob um olhar cauteloso da Fazenda, programas pontuais de indução da atividade econômica para alguns setores industriais.

A fórmula do comedimento combinado a uma boa relação com a Câmara e o Senado nos levou de um BB - para um BB. Desviar desse trilho para o flerte com o ideário da nova matriz econômica certamente não será um caminho para chegar aonde o governo deseja.

Opção por revisitar o governo Dilma não combina com festejara decisão de uma agência de elevar a nota de crédito do país

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Bancada do agro voltará a pressionar Haddad por mais verba em meio a votações decisivas

Por Victoria Abel - Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad , voltará a ser pressionado pela bancada do agronegócio no retorno do recesso parlamentar. O motivo será o aumento de verba no seguro agrícola. Os deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária querem se reunir com o ministro, em agosto, para pedir R$ 1 bilhão a mais no valor já previsto no Plano Safra.

A frente é composta por 324 deputados e 50 senadores. A retomada das atividades na Câmara e no Senado será marcada pela continuidade de votações das pautas econômicas, de interesse de Haddad: **reforma tributária**, arcabouço fiscal e projeto de lei do **Carf**.

- Os valores foram insuficientes, o pleito original era de R$ 2 bilhões. O governo deixou a previsão de R$ 1 bilhão no Plano Safra. Vamos tentar chegar aos R$ 2 bilhões - disse ao GLOBO o vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

Para a abrir mais a torneira, porém, o ministério da Fazenda ainda depende da aprovação de medidas de arrecadação no Congresso Nacional, como o projeto de Lei do **Carf**, tributação de fundos exclusivos e taxação de apostas esportivas.

O Plano Safra foi divulgado no final de junho e prevê um total de R$440 bilhões de reais, R$ 364,22 bilhões para o financiamento de grandes e médios produtores rurais do país e mais R$ 77 bilhões para pequenos agricultores.

O seguro agrícola faz parte do montante desse programa e garante cobertura de danos à lavoura decorrente de fenômenos naturais.

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/28/bancada-do-agro-voltara-a-pressionar-haddad-por-mais-verba-em-meio-a-votacoes-decisivas.ghtml

Isenção de remessas de até US$ 50 dará perda de R$ 35 bi

As plataformas estrangeiras online poderão se certificar no programa Remessa Conforme, que garante isenção tributária para envios de até USS 50, a partir da próxima terça-feira. O prazo está em portaria do Ministério da Fazenda publicada nessa quarta. "O novo normativo detalha o processo para certificação das empresas participantes desde o registro do pedido, o fluxo de sua análise, o monitoramento da manutenção do certificado e o manual de uso da marca do programa", explicou, em nota, a **Receita Federal**.

A pasta estima perda de RS 35 bilhões até 2027 com a isenção definida no Remessa Conforme.

A adesão ao programa é voluntária e ela não se limita às varejistas virtuais. Companhias brasileiras que importam produtos também podem se inscrever. A certificação durará três anos e precisará ser renovada após esse período.

De acordo com a Receita, o pro- grama "busca alcançar as grandes plataformas de venda digital, com envio das informações relativas às compras do comércio eletrônico transffonteiriço de forma correta e antecipada à chegada da remessa no Brasil".

As informações serão então enviadas aos Correios e às empresas de transporte habilitadas. Elas farão o registro da declaração **aduaneira** relativa da importação. "Isso dará condições para que a **Receita Federal** possa tratar as importações de forma antecipada e célere, facilitando o fluxo das remessas internacionais ao chegarem ao país", apontou o órgão.

Entre as exigências do governo para habilitar empresas estão a existência de contrato firmado com os Correios ou outra empresa de entrega, a manutenção de uma política de admissão e de monitoramento de vendedores cadastrados na empresa e compromisso no combate ao contrabando (Da Folhapress).

Governo fecha o 1º semestre com rombo de R$ 42,5 bi

MANOEL VENTURA

0 presidente Luiz Inácio Lula da Silva fechou o primeiro semestre do seu mandato com as contas públicas registrando um rombo (déficit) de R$ 42,5 bilhões, de acordo com dados divulgados ontem pelo Tesouro. É o pior resultado para o período desde 2021.

No mesmo período do ano passado, o governo registrou um superávit (ou seja, receitas maiores que despesas) de R$ 54,2 bilhões. O governo quer fechar este ano com um rombo abaixo de R$ 100 bilhões. - No mesmo período do ano passado, houve ingresso de valores da privatização da Eletrobras e de dividendos do BNDES, que criaram uma distorção. No acumulado do ano, temos, do ponto de vista da receita total, uma queda real. Além disso, houve um crescimento de 5% das despesas - disse o secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

A receita total caiu R$ 62,5 bilhões, já descontada a **inflação**, com queda na arrecadação com concessões, dividendos de estatais e **impostos** IPI e CSLL. O IPI é o Imposto sobre Produtos Industrializados, cujas alíquotas foram reduzidas no governo Jair Bolsonaro. Já a CSLL é o imposto cobrado sobre os lucros das empresas.

Para Ceron, porém, não há queda estrutural da arrecadação. Segundo ele, medidas já tomadas, como reoneração de combustíveis, terão impacto no segundo semestre:

-Ainda consideramos viável déficit próximo de R$ 100 bilhões em 2023.

As despesas do governo, por sua vez, cresceram R$ 47,5 bilhões, também já descontada a **inflação**. O governo turbinou os gastos para este ano com a chamada PEC da Transição, que permitiu uma ampliação de despesas da ordem de R$ 145 bilhões neste ano.

Esse aumento de gastos é puxado pela alta de R$ 44,2 bilhões nas despesas do Bolsa Família e pelo acréscimo de R$ 9,4 bilhões no pagamento de sentenças judiciais e precatórios.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Fazenda perde R$ 2,6 bilhões

Rafaela Gonçalves

Em meio aos ajustes para enquadrar o limite de despesas do novo arcabouço fiscal, que está em análise no Congresso, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, anunciou, ontem, um corte de R$ 2,6 bilhões no orçamento do Ministério da Fazenda para 2024. "Tenho uma tarefa ainda mais árdua, que é tentar mostrar para o ministro (Fernando) Haddad que tivemos que fazer um corte de R$ 2,6 bilhões no ministério dele", disse, ao chegar para uma reunião na sede da Fazenda.

Segundo Tebet, que está preparando a proposta orçamentária do próximo ano a ser encaminhada ao Poder Legislativo, o ministro já estava ciente do corte.

"Foi uma decisão conjunta da Junta de Execução Orçamentária.

Tanto ele quanto eu já sabíamos que cortaríamos, na própria carne, algo em torno de 34% e 36% das despesas discricionárias tanto do Ministério da Fazenda quanto do Ministério do Planejamento", explicou.

Tebet atribuiu o corte ao remanejamento do orçamento devido ao arcabouço fiscal, que sofreu alterações no Congresso. "Algumas despesas entraram no novo teto, como o piso da enfermagem, que não estava considerado.

Nós tivemos um espaço fiscal menor e, em vez de tirar de políticas públicas, nós tiramos dos nossos (gastos) discricionários", disse. O pagamento do piso representa uma despesa de cerca de R$ 13 bilhões por ano.

A ministra afirmou que a pasta do Planejamento já fez um corte de despesas de 30% para 2024, buscando folgar o orçamento para os gastos obrigatórios do governo. "Para podermos, nesse cobertor curto, destinar o máximo possível de recursos para políticas públicas, para projetos de investimentos, para as ações e programas dos ministérios finalísticos que não envolvam, obviamente, aqueles ministérios-meio, como é o caso dos ministérios relacionados à equipe econômica", afirmou.

"Da mesma forma como a minha equipe mostrou de onde seriam os cortes do meu ministério, eu vim agora fazer essa gentileza com o ministro Haddad e mostrar de onde a equipe dele, junto à nossa equipe, tirou esses valores", explicou a ministra, que minimizou o contingenciamento.

Segundo ela, na soma das despesas obrigatórias e discricionárias, o corte na Fazenda representa menos de 1%.

O contingenciamento da Fazenda não foi detalhado, no entanto, a pasta conta com sete secretarias vinculadas. Além disso, o ministério ainda é composto pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (Susep), a Casa da Moeda do Brasil (CMB), o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), a Caixa Econômica Federal, a Empresa Gestora de Ativos (Emgea) e a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF).

Tebet lembrou que os ministérios criados neste ano tiveram um reforço com remanejamento de recursos realizado pelo Planejamento.

Foram acrescidos cerca de R$ 400 milhões aos orçamentos da Mulher, dos Direitos Humanos, da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas. "Todos os ministérios novos cresceram um pouquinho. Nós fizemos questão de pegar algum espaço, de R$ 400 milhões mais ou menos, para poder rechear um pouquinho (as pastas)", justificou.

A situação das contas públicas não é confortável. O governo já precisou apertar as contas deste ano. Em maio, havia sido feito um bloqueio temporário de R$ 1,7 bilhão no orçamento de 2023. Na última semana, no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, foi anunciado um contingenciamento adicional de R$ 1,5 bilhão.

Com isso, o total retido em 2023 soma R$ 3,2 bilhões.

Os bloqueios foram necessários para garantir o cumprimento do teto de gastos, regra fiscal que limita a maior parte das despesas da União à variação da **inflação**, e que ainda está em vigor.

A expectativa é de que o novo arcabouço fiscal, que substituirá a regra do teto, seja aprovado em votação final na Câmara dos Deputados ainda no início deste segundo semestre.

A ministra do Planejamento declarou ainda que irá ao Congresso, na próxima semana, para conversar com o relator do marco fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-

BA). Tebet defende a aprovação de uma emenda incluída no Senado que trata da periodicidade do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) a ser usada como referência para a correção dos gastos públicos.

O projeto original do governo no arcabouço fiscal previa que fosse usada como base a variação do IPCA de janeiro e dezembro do ano anterior. O texto foi mudado na Câmara, que definiu a aferição de julho de dois anos antes a junho do ano anterior ao do ano orçamentário.

Segundo o Planejamento, essa alteração pode atrasar a execução de até R$ 40 bilhões do orçamento em 2024. Tebet afirmou que a emenda que restaura o critério anterior garante de R$ 30 bilhões a R$ 32 bilhões no orçamento do próximo ano. "Esse orçamento (que o governo está elaborando) está condicionado à aprovação da emenda do Senado", reforçou.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/28/all.pdf

País cria 157 mil vagas formais em junho

Fernanda Strickland

O Brasil criou, em junho, 157.198 postos de trabalho com carteira assinada. O resultado é 45% menor do que o registrado em junho do ano passado, quando foram criados 285 mil empregos formais. Dessa forma, o crescimento dos empregos sofreu uma desaceleração. Ao todo, segundo o governo federal, foram registradas em junho 1,914 milhão de contratações e 1,756 milhão de demissões.

Os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) mostram, ainda, uma diminuição no ritmo de geração de empregos no primeiro semestre, em comparação ao mesmo período de 2022.

De acordo com o Ministério do Trabalho, 1,02 milhão de vagas formais foram criadas no país nos seis primeiros meses deste ano. O número representa recuo de 26,3% em relação ao primeiro semestre de 2022, quando foram abertos 1,38 milhão de empregos com carteira assinada.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que, se não fosse a "inadequação esquizofrênica" da taxa básica de juros no Brasil, que atualmente está em 13,75% ao ano, a economia poderia ter gerado mais empregos em maio, junho e, também, no primeiro semestre do ano. "A indústria está preparada para crescer, a economia está preparada para voar. Há um impedimento, que é o custo do dinheiro para capital de giro.

O que motivaria alguém que está hoje investindo em títulos públicos a migrar para investimentos se, lá na ponta, está sendo dificultado o crescimento para valer do consumo?", questionou.

Para o economista Marcel Pereira, vários fatores explicam a desaceleração do mercado de trabalhos formal. "A incerteza quanto ao novo governo, gerando instabilidade nos mercados; a taxas de juros em patamares elevados; e o próprio nível de desemprego, que é o menor desde 2015. Ou seja, quanto mais o desemprego cai, menos espaço há para a geração de novos empregos", disse. "A dificuldade de cair, por exemplo, de 10% para 9% é menor que 8% para 7%, pois há uma margem em que já não é mais possível gerar empregos formais", explicou. "Com os cortes nas taxas de juros no horizonte e a **inflação** mais controlada, acredito que haverá mais fôlego para a economia continuar sua boa trajetória", observou.

O Caged aponta que o maior crescimento do emprego ocorreu no setor de serviços, com um saldo de 76.420 vagas formais, com destaque para o grupo informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

A agropecuária foi o segundo maior gerador de postos no mês (27.159). A construção civil veio em seguida, gerando 20.953 postos, com destaque para obras de infraestrutura. O comércio criou 20.953 empregos, seguido da indústria, que gerou 12.117 vagas no mês.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/28/all.pdf

Investidores de fundo do Pátria voltado a shoppings perdem todo o dinheiro aplicado

Lucas Bombana

A gestora de recursos Pátria Investimentos, com cerca de R$ 135 bilhões em ativos sob gestão, chamou a atenção do mercado nesta semana após anunciar que os investidores perderam todo o dinheiro aplicado.

O fundo em questão é o Pátria Special Opportunities II Fundo de Investimento em Participações Multe estratégia, de investimento em shopping centers.

Em fato relevante divulgado na segunda-feira (24), a gestora informou que o valor da cota havia passado de R$ 10,55 para R$ 301,04 negativos no dia 19 de julho.

Segundo a gestora, o prejuízo foi sacramentado após a venda da participação na Portfolio. A operação envolveu a venda de quatro shoppings detidos pela Portfolio, localizados em Taubaté (SP), Lages (SC), Varginha (MG) e Bragança Paulista (SP), informou o Pátria.

De acordo com a gestora, a transação foi realizada na modalidade "porteira fechada", com a transferência de to -dos os ativos, passivos e obrigações da holding e de seus shoppings.

O Pátria diz que o comprador dos ativos, que não teve o nome revelado, tem expertise em reestruturação de negócios e empresas do setor imobiliário.

Segundo pessoas familiarizadas com o investimento, para entender o que aconteceu com o fundo, é preciso voltar para o início da década passada.

Em meados de 2010, quando o Brasil era capa da revista The Economist com o Cristo Redentor decolando, o Pátria apostou na tese de investimento de shoppings no interior do Brasil, em alguns casos em cidades que ainda não contavam com centros comerciais. Para isso, estruturou o fundo Pátria Special Opportunities 1, que levantou à época cerca de R$ 1 bilhão.

Os anos que se seguiram, contudo, não foram positivos para os investimentos do fundo, que amargou prejuízos sucessivos devido à recessão econômica durante o mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Para pagar as dívidas acumuladas, que chegaram a ultrapassar a marca de R$ 2 bilhões, os gestores do Pátria entraram em contato com os cotistas do Special Opportunities 1 para negociar um aporte de capital, calculado em torno de R$ 300 milhões.

Houve resistência de parte dos cotistas em aportar novos recursos, o que levou a gestora a optar pela estruturação do Special Opportunities 2.

O novo fundo, estruturado em 2020 com R$ 50 milhões e cerca de 50 investidores, contou com uma injeção de capital relevante dos próprios sócios do Pátria e tinha como objetivo fazer os investimentos necessários para manter a operação de shoppings no interior do Brasil de pé.

Ainda de acordo comas pessoas que acompanharam a operação de perto, o aporte adicional até permitiu que as operações maturassem e começassem a trazer o retorno esperado.

Pouco após a criação do novo fundo, no entanto, veio a pandemia, que obrigou os shopping centers a fechar as portas. Além de não poder contar com a receita das lojas abertas, o fundo passou a acumular um fluxo negativo de caixa para fazer frente aos encargos com a manutenção dos centros comerciais fechados.

Reconhecendo que a tese não teve o desempenho esperado, os gestores do Pátria passaram a vender nos últimos anos os 13 shoppings que tinham na carteira e concluíram as negociações dos últimos quatro que ainda restavam na segunda quinzena de julho.

Para conseguir se desfazer da operação que reunia os quatro shoppings por meio da holding Portfolio Centro Sul, os gestores do Pátria tiveram de aceitar uma condição imposta pelo comprador, que era assumir determinadas dívidas e contingências que se acumularam.

A dívida assumida pela gestora para conseguir se desfazer da operação soma cerca de R$ 15 milhões, valor que será rateado entre os cotistas para que o fundo possa ser encerrado. Com isso, cada cotista deverá aportar cerca de R$ 300 mil nas próximas semanas para quitar as dívidas em aberto.

O aporte não deverá ser um grande problema aos envolvidos, visto que investiram recursos no fundo somente investidores tidos como profissionais pela legislação de mercado, que são aqueles com mais de R$ 10 milhões em investimentos.

Concluída essa transação, o Pátria irá encerrar as atividades do fundo.

Assai atribui estagnação no consumo a apostas esportivas

Segunda maior rede de atacarejo do Brasil, o Assai ainda não registrou crescimento no volume de compras, apesar da queda na **inflação** de alimentos, afirmou o presidente-executivo da companhia, Belmiro Gomes. "0 consumidor segue muito pressionado por juro...

O mercado de aposta esportiva também tira renda desse consumidor e ele não tem conseguido retomar volumes de compra."

R$ 10,55 era o valor da cota do Pátria Special Opportunities II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

-R$ 301,04 passou a valer a cota depois da venda da participação na Portfolio, que tem shoppingsem em Taubaté (SP), Lages (SC), Varginha (MG) e Bragança Paulista (SP)

Site:
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50351&anchor=6480817&maxTouch=0&_ga=2.103044935.653560810.1690341420-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=879bc895a7ce8db8d87c5f1d3cefae30

Economia dos EUA acelera no 2º trimestre, apesar da alta no juros

WASHINGTON| REUTERS A economia dos EUA cresceu mais rápido do que o esperado no segundo trimestre, uma vez que a resiliência do mercado de trabalho sustentou os gastos do consumidor, enquanto as empresas aumentaram o investimento em equipamentos, potencialmente mantendo a temida recessão afastada.

O **PIB** (Produto Interno Bruto) aumentou a uma taxa anualizada de 2,4% no trimestre passado, informou o Departamento de Comércio nesta quinta-feira (27).

A economia avançara a um ritmo de 2,0% no trimestre de janeiro a março. Analistas consultados pela Reuters previam expansão do **PIB** de 1,8%.

Fora do mercado imobiliário e da manufatura, a economia resistiu amplamente aos 5,25 pontos percentuais de aumentos da taxa de juros pelo Fed (Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos) desde março de 2022 para combater a **inflação**.

Desde o final de 2022, economistas preveem uma desaceleração, mas, com as pressões de preços recuando, alguns agora acreditam que o cenário de pouso suave para a economia previsto pelo Fed é viável. Na quarta-feira (26), o banco central elevou sua taxa de jurosemo,25 ponto percentual, para uma faixa de 5,25% a 5,50%.

A economia está sendo ancorada pelo mercado de trabalho, cujo aperto contínuo foi enfatizado por um relatório separado do Departamento do Trabalho nesta quinta-feira, mostrando que os pedidos iniciais de auxílio-desemprego caíram em 7.000 na semana encerrada em 22 de julho, para 221 mil em dado com ajuste sazonal.

As empresas acumulam trabalhadores depois de terem tido dificuldades para encontrar mão de obra durante a pandemia do Co-vid-19.0 emprego no setor de lazer e hotelaria permanece abaixo dos níveis pré--pandemia.

Em 3,6% em junho, a taxa de desemprego não está muito longe das mínimas de várias décadas.

No entanto, alguns economistas continuam convencidos de que uma recessão está no horizonte, argumentando que os custos de empréstimos mais altos acabarão tornando mais difícil para os consumidores financiar seus gastos com dívidas.

Site:
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50351&anchor=6480817&maxTouch=0&_ga=2.103044935.653560810.1690341420-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=879bc895a7ce8db8d87c5f1d3cefae30

BC europeu eleva juros ao maior nível desde 2000

O BCE (Banco Central Europeu) elevou nesta quinta (27) os juros pela nona vez consecutiva e disse estar de mente aberta para novo aperto monetário. Lutando contra um aumento histórico nos preços, o BCE elevou os custos dos empréstimos em 4,25 pontos percentuais desde julho passado. Com a alta de 0,25 ponto desta quinta, a taxa foi a 3,75%, o nível mais alto desde 2000, antes mesmo de as notas e moedas de euro terem entrado em circulação. "Estamos fortemente fundamentados em nossa determinação de vencer a **inflação**", disse a presidente do BCE, Christine Lagarde (foto). "Há a possibilidade de uma alta [na próxima reunião]. Há a possibilidade de uma pausa. É um talvez contundente", completou, afirmando que o banco está de "mente aberta".

Site:
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50351&anchor=6480817&maxTouch=0&_ga=2.103044935.653560810.1690341420-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=879bc895a7ce8db8d87c5f1d3cefae30

Instituto é responsável pelos principais indicadores do país, como PIB, desemprego, inflação e Censo

Leonardo Vieceli

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) escolheu o economista Mareio Pochmann como o novo presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A decisão foi tomada mesmo com a resistência de uma ala do Ministério do Planejamento, que abriga o órgão de pesquisas.

Entenda o que é o IBGE, por que ele é importante para o país e quais são os seus desafios atualmente.

*

O que é o IBGE?

O instituto é visto como a principal fonte de estatísticas oficiais sobre o Brasil e os brasileiros. Suas pesquisas revelam indicadores em diferentes áreas, como economia, demografia, saúde e educação. Os dados podem servir como subsídios para a elaboração e o ajuste de políticas públicas.

Quais são as pesquisas do IBGE?

O principal levantamento do órgão é o Ceaso Demográfico, que costuma ser realizado de dez em dez anos. O trabalho mostra o tamanho e as características socioeconômicas da população brasileira.

Em junho de 2023, o instituto iniciou as divulgações do Censo referente a 2022, que foi marcado por atrasos em meio à pandemia e à escassez de verba no governo Jair Bolsonaro (PL).

A lista de pesquisas do IBGE também inclui levantamentos como a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). A Pnad traz uma série de estatísticas sobre o mercado de trabalho.

A taxa de desemprego do país sai justamente dessa pesquisa. A Pnad também é desmembrada em outras áreas, fornecendo estatísticas de educação, por exemplo.

No campo econômico, o IBGE ainda divulga indicadores como o IPCA, o índice oficial de **inflação** do Brasil, e o **PIB** (Produto Interno Bruto), que serve como termômetro da atividade econômica.

Qual é a importância da independência do IBGE?

O instituto é um órgão de caráter técnico. Em razão da importância das suas pesquisas e do possível impacto nas políticas públicas, a independência do IBGE em relação a governantes é considerada fundamental.

A Argentina, por exemplo, ficou marcada por uma intervenção no Indec, o instituto locai de estatísticas, durante as gestões de Néstor e Cristina Kirchner.

A ação foi apontada como responsável por alterar dados como os de **inflação** em busca de um cenário menos desfavorável para o governo.

As denúncias de maquiagem nas estatísticas abalaram a imagem do órgão. Os números do Indec passaram a ser desacreditados dentro e fora da Argentina.

No Brasil, a indicação de Pochmann para o IBGE gerou contestações de uma ala de economistas.

Os críticos chegaram a rememorara passagem de Pochmann pela presidência do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que foi vista como intervencionista. O economista comandou o Ipea de 2007 a 2012.

O governo Lula e apoiadores, por outro lado, rebateram as críticas sobre um suposto risco de ingerência política. Também procuraram destacar a trajetória acadêmica de Pochmann.

Durante o mandato de Bolsonaro, o IBGE foi alvo de ataques dentro do próprio governo. Em julho de 2021, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o instituto estava na idade da "pedra lascada".

A declaração gerou críticas ao ministro a época, já que caberia ao governo a tarefa de modernizar as condições de atuação do órgão de pesquisas.

Bolsonaro também já atacou a metodologia usada pelo IBGE no cálculo do desemprego. O órgão, contudo, segue parâmetros internacionais para produzir a estatística.

Quais são os desafios do instituto atualmente?

Como a Folha mostrou em fevereiro, a transição tecnológica é vista por ex-presidentes do IBGE como um dos desafios que atingem os órgãos de estatísticas no mundo.

O instituto também convive com a perda de servidores nos últimos anos. Em março de 2013, o IBGE tinha 6.369 funcionários efetivos, segundo a Assibge, que representa os trabalhadores do órgão.

Dez anos depois, em março de 2023, o contingente caiu em tomo de 37%, para 3.969 servidores efetivos, diz a entidade.

Desses 3.969 funcionários, 965 (24%) já teriam condições para solicitar a aposentadoria. Em geral, o instituto costuma registrar saídas após o término do Censo Demográfico, conforme a Assibge.

Para atenuar o quadro, o governo Lula incluiu o IBGE na lista de órgãos públicos com abertura de concursos. No dia 18, o governo anunciou 895 vagas para o instituto. A Assibge vê a medida como já suficiente.

O governo também autorizou a abertura de processos seletivos para contratações de temporários para o IBGE. O mais recente de uma série com três seleções prevê 148 postos.

Site:
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50351&anchor=6480817&maxTouch=0&_ga=2.103044935.653560810.1690341420-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=879bc895a7ce8db8d87c5f1d3cefae30

Compras públicas e justiça social (Artigo)

Décio Lima

O presidente Lula firmou um pacto com a sociedade brasileira: colocar o povo de volta no orçamento público. Depois de um período crítico, o país está reencontrando o caminho do desenvolvimento com justiça social. O sucesso das novas medidas de inclusão anunciadas depende, entretanto, da retomada do nosso crescimento econômico dentro de um modelo menos concentrador.

Nesse processo, o papel das micro e pequenas empresas (MPEs) é crucial. Elas representam hoje 99% de todos os CNPJs; têm gerado, em média, sete em cada dez novos empregos e contribuem direta ou indiretamente para a vida de 85 milhões de pessoas. Contraditoriamente, a importância das MPEs ainda não se traduz numa participação proporcional no **PIB** brasileiro. Juntas, elas respondem por aproximadamente 30% de toda as riqueza produzida no país.

Para mudar essa realidade, o presidente Lula quer usar um dos mais poderosos instrumentos indutores do desenvolvimento: as compras públicas governamentais. Anualmente, os entes federativos (União, estados e municípios) movimentam, juntos, 10% do **PIB** na aquisição de produtos e serviços. Um recurso que poderia aquecer muito mais a economia se as negociações fossem feitas de uma forma mais descentralizada.

Mas a verdade é que quase 70% de todo esse recurso está concentrado em aquisições feitas junto a grandes empresas. As compras públicas podem transformar a realidade das MPEs e de toda a comunidade no seu entorno. Esse modelo representa para o segmento a garantia de recebimento, previsibilidade de oportunidades de negócio e mais estabilidade. Para as populações

locais, a medida se traduz numa economia aquecida, além de mais oportunidades de emprego e renda.

A defesa dessa política pelo governo federal vem sendo afirmada reiteradamente. Um dos últimos episódios se deu quando o presidente Lula abordou as negociações feitas com a União Europeia e que esbarraram exatamente na importância de proteger e ampliar a participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais. O peso atual (30%) é injusto com o papel econômico e social das MPEs na vida do país.

Nesse sentido, o Brasil já conta com modelos consagrados. A política de aquisição da merenda escolar na rede pública de ensino é o maior exemplo disso. Ao priorizar as compras locais junto a pequenos produtores, os entes públicos fortalecem a economia dos municípios e contribuem com a divisão das riquezas, respeitando as características culturais de cada região.

O Sebrae apoia essa política e vem atuando na defesa de espaço para as MPEs. O "Transformar juntos", seminário que a instituição realiza em agosto, é um convite à sociedade brasileira para o debate em busca da construção dessa mudança. Temos convicção de que um novo modelo de desenvolvimento é possível. Depende do nosso ativismo e compromisso com a transformação.

E importante proteger e ampliara participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais

Décio Lima é presidente do Sebrae

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

No IBGE, Pochmann terá como desafios atraso no Censo e falta de recursos

CÁSSIA ALMEIDA E VINÍCIUS NEDER

0 economista Mareio Pochmann, uma escolha pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para comandar o IBGE, vai enfrentar a falta de recursos e de pessoal no órgão de estatística. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, admitiu ontem desencontro de informações sobre a escolha do nome. Subordinado ao Planejamento, o IBGE tem menos de 4 mil funcionários, insuficientes para a demanda das atuais pesquisas e das que ainda precisam ser adotadas, como a do uso do tempo, já comum em países vizinhos.

O orçamento do IBGE está congelado, em termos reais, desde 2013, e o Censo, o maior levantamento socioeconômico do país, sofreu cortes severos, de quase um terço da previsão original, que resultaram em atraso e falta de recenseadores. A falta de pessoal, aliás, é crônica, diz a ex-presidente do instituto Wasmália Bivar:

- O número que temos, abaixo de 4 mil, não se sustenta, mas é preciso fazer concursos pensando no futuro, nas qualificações novas.

Este ano, o IBGE teria que ir a campo para iniciar a coleta de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que detalha o perfil de consumo dos brasileiros e é a base para o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado no sistema de metas de **inflação**.

Com a mudança no perfil de consumo da população, principalmente depois da pandemia, esse material é fundamental. Aúlümafoi feita entre 2017 e 2018. A periodicidade prevista é de cinco anos.

Outra frente é a integração dos registros administrativos com as pesquisas do IBGE. Hoje, isso depende de convênios específicos. Essa questão precisa de ação política forte, por depender de tramitação no Congresso para liberação de registros, principalmente da Receita e do Banco Central, diz Wasmália:

- O IBGE precisa de um projeto técnico, que vai requerer força política para lidar com regramentos legislativos no Congresso.

A escolha de Pochmann foi vista com apreensão entre técnicos da Fazenda e do Planejamento. Economistas também temem mudanças na condução do IBGE, responsável pela produção de dados estatísticos e econômicos que são base para a repartição de recursos entre estados e municípios, e a formulação de políticas públicas de saúde, educação, fiscal e econômica.

HISTÓRICO DE POLÊMICAS

O nome de Pochmann foi anunciado na quarta-feira pelo ministro da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta-à revelia de Tebet, a cuja pasta o IBGE está vinculado. Na quarta-feira, em entrevista na GloboNews à colunista do GLOBO Míriam Leitão, Tebet disse que não havia conversado com Lula sobre a presidência do IBGE. Ontem, porém, apaziguou os ânimos e disse que abrirá espaço na agenda para Pochmann.

Em sua primeira manifestação pública após o anúncio de seu nome, Pochmann postou no Twitter a imagem do livro "O professor é o inimigo: uma análise sobre a perseguição docente no Brasil". E comentou: "Interessante abordagem de como opera a coalizão neoconservadora."

Professor da Unicamp, Pochmann é presidente do Instituto Lula e comandou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) nos governos Lula e Dilma Rousseff. Sua gestão teve polêmicas como o afastamento de pesquisadores cuja visão divergia da dele. Heterodoxo, ele defende maior presença do Estado na economia.

Edmar Bacha, que foi presidente do IBGE (1985-1986) e é um dos criadores do Plano Real, lembra que o Censo 2022 ainda terá de passar por ajustes. Ele considera que Pochmann tem uma visão "ideológica e partidária" sobre temas econômicos, o que o preocupa.

Já o economista Alexandre Schwartsman, ex-diretor do Banco Central, lembrou o caso da Argentina, onde o Indec, o IBGE local, teve sua reputação afetada pela ingerência do governo. Wasmália, porém, avalia que o IBGE tem um corpo técnico qualificado que não aceitaria ingerência.

*

DECLARAÇÕES CONTROVERSAS

1 Crítica ao Pix

Em outubro de 2020, o economista postou em uma rede social que, com o Pix, o Banco Central dava "mais um passo na via neocolonial". Depois, disse, viriam "a abertura financeira escancarada com o real digital e a sua conversibilidade ao dólar."

2 Alíquota de IR de 60%

Pochmann defendeu alíquota de 60% no Imposto de Renda (IR) em junho de 2008, quando era presidente do Ipea, durante uma apresentação no Senado. A alíquota seria cobrada de quem ganha mais de R$ 50 mil mensais, em valores de 2008.

3 Jornada de 4 horas

Em abril de 2007, antes de entrar para o governo, Pochmann afirmou que os ganhos de produtividade permitiriam que a jornada dos trabalhadores fosse de quatro horas por d ia, em três dias por semana, segundo reportagem do Estado de S.Paulo.

4 Risco sideral

Em entrevista à Reuters, em 2021, Pochmann questionou: "Como podemos dizer que o Brasil é país autônomo quando todo seu sistema de informação e comunicação vinculado ao espaço sideral, portanto à internet, depende de empresas que não são brasileiras?"

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

País gera 1 milhão de vagas de janeiro a junho

RENAN MONTEIRO

A economia brasileira gerou 1,023 milhão de postos de trabalho com carteira assinada no primeiro semestre deste ano. O dado representa uma queda de 26,25% em relação ao período de janeiro a junho de 2022. No primeiro semestre do ano passado, foram criadas 1,388 milhão de vagas.

Os dados constam no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), atualizado pelo Ministério do Trabalho ontem. O indicador mostra o saldo líquido (contratações menos demissões) da geração de empregos formais no país.

Em junho, foram criados 157,1 mil postos de trabalho com carteira assinada, uma queda de 44,8% em relação ao mesmo mês de 2022, quando foram registrados 285 mil postos. Houve, contudo, leve alta em relação ao mês de maio, que teve saldo de 155,1 mil postos de trabalho.

O número ficou abaixo da projeção média do mercado financeiro, que indicava alta de 164,5 mil para o mês.

RESILIÊNCIA

Rafaela Vitória, economista-chefe do Inter, avalia que, apesar da desaceleração observada nos últimos meses, o resultado ainda é "bastante positivo", considerando o desempenho mais fraco da atividade econômica no segundo trimestre deste ano.

O índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), termômetro do **PIB**, registrou queda de 2% em maio, com o fim da safra de soja e queda forte do varejo no mês.

-O saldo mostra uma resiliência do mercado de trabalho formal, que continua apresentando crescimento mesmo diante da desaceleração da atividade. Em parte, essa mudança estrutural, refletida no crescimento do emprego formal acima do informal, pode ser atribuída à reforma trabalhista, que melhorou a dinâmica no setor -disse a economista.

O "estoque" do mercado de trabalho até junho, ou seja, o total de trabalhadores com carteira assinada, ficou em 43,46 milhões.

O governo também informou que o salário médio de admissão foi de R$ 2.015,04 em junho, uma leve alta em relação a maio (R$ 2.002,57). Os números são corrigidos pela **inflação**.

Todos os setores da economia geraram empregos em junho. O desempenho foi puxado pelo setor de serviços, que abriu 76,4 mil postos. Na sequência, aparecem agropecuária (com 27,1 mil postos), construção civil (20,9 mil), comércio (20,5 mil) e indústria (12,1 mil).

Os dados mostram ainda que foram abertas vagas em 24 unidades federativas, do total de 27. São Paulo puxou a lista, com a criação de 3 6.418 postos (0,27%); seguido por Minas Gerais, com 25.537 postos (0,56%); e Rio de Janeiro, com 13.490 (0,39%). Na outra ponta, Roraima fechou 121 vagas (-0,16%), no Rio Grande do Sul foram menos 211 postos (-0,01%), e na Paraíba foram perdidas 223 vagas (-0,05%).

Segundo o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, o desempenho dos últimos meses ficou "muito abaixo" do potencial do mercado de trabalho. Ele culpou o Banco Central pelo resultado, devido à manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano desde agosto de 2022.

EXPECTATIVA COM JUROS

Na avaliação do ministro, o efeito restritivo no crédito afeta negativamente o desempenho da economia e, consequentemente, o mercado de trabalho.

- O potencial do mercado de trabalho brasileiro é chegar a 2 milhões (de novas vagas) até o fim do ano. Ele pode ser alcançado ou ultrapassado, a depender do comportamento do Banco Central. Nós ficamos na expectativa de que (a queda de juros) seja a maior possível -avalia Marinho.

Na próxima quarta-feira, a expectativa é que o BC dê início a um ciclo de corte na Taxa Selic. A maioria aposta em queda de 0,25 ponto, mas há quem espere corte de 0,5 ponto percentual.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Dados iniciais sinalizam freio na atividade do 2º trimestre

Dados oficiais da atividade econômica em maio divulgados recentemente e indicadores antecedentes para junho confirmam a percepção de que o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil desacelerou significativamente no segundo trimestre deste ano, ainda que em magnitude menor do que o previsto inicialmente.

O **PIB** surpreendeu ao subir 1,9% de janeiro a março deste ano, em relação aos três meses imediatamente anteriores. Ante o primeiro trimestre de 2022, o salto foi de 4%.

Nessa base de comparação, para o segundo trimestre, a projeção mediana do Focus, pesquisa do Banco Central com analistas, passou de 0,7% no início do ano para 2,35% na última coleta.

O indicador de alta frequência da XP aponta avanço de 2,6% - na margem, isto é, em relação ao trimestre imediatamente anterior, seria uma alta de 0,3%. Há cerca de um mês, o crescimento indicado na margem estava em 0,2%; no ponto mais favorável, chegou a 0,5%, segundo o economista Rodolfo Margato. "Os dados recentes confirmaram a desaceleração da economia brasileira, com um crescimento bem mais modesto no segundo trimestre", afirma.

Indicadores agregados da atividade em maio já demonstraram desaceleração, destaca Rodrigo Nishida, economista sênior da LCA Consultores. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) caiu 2%, na comparação dessazonalizada com abril, enquanto o Monitor do **PIB**, da FGV, apontou retração de 3%.

"Imaginamos que boa parte da frustração veio do setor agro, que foi o grande responsável pelo crescimento inesperado da atividade no primeiro quadrimestre. Esses resultados de agora acabam colocando uma certa ordem na casa", diz Nishida. A LCA espera crescimento interanual de 2,3% do **PIB** no segundo trimestre, o que, em relação aos três primeiros meses do ano, significaria estabilidade.

Pelos dados oficiais do IBGE, a produção industrial avançou 0,3% em maio ante abril, quando caiu 0,6%. Indicadores coincidentes para tentar antecipar a produção industrial de junho são mistos, com ligeiro avanço no fluxo de veículos pesados nas estradas, por exemplo, mas queda na expedição de papel ondulado, de acordo com a série dessazonalizada pela LCA.

"A indústria extrativa vem crescendo de forma consistente, impedindo um resultado geral ainda mais fraco da indústria.

Mas o destaque negativo é a indústria de transformação, que vem em uma trajetória de queda, ainda que não acentuada, especialmente devido à contração de bens de capital", afirma Margato.

Esses bens, inclusive, tem uma correlação importante com os investimentos, pelo lado da demanda no **PIB**. "É um cenário de juros altos, de aperto da condições monetárias, além de haver mudanças regulatórias e tecnológicas que geram menor produção de caminhões e ônibus. São fatores que levam a uma dinâmica mais fraca dos investimentos", diz Margato.

Pela ótica da oferta no **PIB**, o varejo ampliado - que inclui veículos e material de construção - tombou 1,1% emmaio, após queda de 2,4% em abril, ambas na base mensal da pesquisa do IBGE. Vestuário e calçados, móveis e eletrodomésticos e material de construção acumulam quedas no segundo trimestre. "O varejo dessas atividades que vendem mais a prazo e dependem mais das condições de crédito vem enfraquecendo e isso não deve ser revertido no curto prazo", afirma o economista da XP.

Quem tem impedido queda maior no varejo, diz Margato, é o atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumos (o "atacarejo"), que se beneficia da mudança estrutural no perfil de consumo e do arrefecimento recente no preço dos alimentos.

Para o curto prazo, ele menciona também um efeito positivo temporário da venda de veículos, por causa do programa de descontos do governo federal, lançado em junho. Em maio, as vendas de carros, motos, partes e peças de veículos já tinham subido 2,1%, mas após tombo de 5,6% em abril, em relação ao mês anterior.

Dados da associação de concessionárias, a Fenabrave, para o licenciamento de automóveis e comerciais leves em junho mostram crescimento de quase 15% ante maio e de 9% em relação ao mesmo período de 2022, de acordo com a série

dessazonalizada pela LCA.

"O programa não deve ter efeito tão grande sobre a indústria de veículos, porque já havia muito estoque por parte das montadoras.

Para o varejo, gera um movimento positivo de curto prazo, mas que não deve ser uma nova tendência", afirma Margato.

O "tracker" de alta frequência do Itaú Unibanco para medir a atividade também aponta crescimento de 0,3% do **PIB** no segundo trimestre, ante o primeiro.

"Faltam apenas os dados de junho, mas a gente espera uma indústria puxando o desempenho para o negativo. Já a agricultura deve ter alta forte na variação interanual, de mais de 10%. Só que, como o primeiro trimestre foi muito forte, ainda vai registrar contração de 2% na margem", diz a economista Natalia Cotarelli.

Cerca de um terço da safra de soja, lembra Margato, ainda é contabilizada pelo IBGE no segundo trimestre. "Além disso, tem a contribuição do milho, que tem peso maior entre abril e junho." Para junho especificamente, o indicador proprietário de atividade do Itaú, o Idat-Atividade, apontou recuo de 0,7%. Na abertura, a maior contribuição para a contração foi do segmento de bens, que teve baixa de 1,6%, com piora tanto da demanda por bens sensíveis à renda, como combustíveis, quanto por bens mais sensíveis ao crédito, como móveis e eletrodomésticos.

"Isso sinaliza um recuo principalmente do varejo restrito, já que o ampliado deve ver alguma alta por causa do programa de descontos para veículos", reforça Cotarelli.

Diante de resultados menos animadores na indústria e agricultura, o que deve sustentar o número positivo do segundo trimestre é o setor de serviços, continua a economista do Itaú. "Apesar do Idat-Serviços apontar estabilidade em junho, a perspectiva principalmente dos prestados às famílias é de alta. É um segmento ainda resiliente", afirma.

Assim como a LCA, o Santander espera crescimento zero do **PIB** no segundo trimestre, na comparação com o primeiro.

"Chegamos a ter um viés de alta para a atividade com os dados de abril, mas, depois de maio, ficamos mais confortáveis com a estimativa de estabilidade", diz o economista Gabriel Couto. "Acreditamos que o impacto positivo da safra de soja acabou." Couto relativiza o impacto da "safrinha" de milho para o **PIB** do segundo trimestre. "Por mais que venha recorde, a variação da produção em relação a 2022 é menor que a observada na soja. Do ponto de vista do cálculo do **PIB**, é essa variação que importa", explica.

Em relação a junho, o Santander espera um mês "de lado". Seu próprio indicador para o varejo ampliado, o IGet, registrou queda de 2,2% ante o mês anterior. Já o IGet serviços, que busca antecipar o comportamento dos serviços prestados às famílias, teve alta de 0,1%.

Pela ótica da demanda, Margato observa que o consumo das famílias tem se mostrado mais resiliente do que o antecipado. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), do FGV Ibre, por exemplo, subiu em abril, maio e junho, quando atingiu 92,3 pontos. "Mas é um consumo que vai migrando para itens de ticket médio mais baixo, que dependem mais do impulso de renda e menos do crédito", diz.

"Como o primeiro trimestre foi muito forte, agricultura ainda vai registrar contração de 2% na margem" Natalia Cotarelli

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187614

PIB dos EUA sobe 2,4% no 2° tri e reduz temores de recessão

A economia dos EUA surpreendeu com uma inesperada aceleração no segundo trimestre, reforçando os argumentos de que o país pode escapar da recessão, apesar das elevações das taxas de juro mais agressivas em uma geração.

O Produto Interno Bruto (**PIB**) dos EUA cresceu a uma taxa anualizada de 2,4% no segundo trimestre, bem mais do que a maioria dos economistas previa, estimulado pelos vigorosos gastos do consumidor e por um investimento empresarial robusto. Mesmo assim, as pressões sobre os preços arrefeceram e a **inflação** subiu no ritmo mais lento em mais de dois anos.

Combinados com outros dados divulgados ontem, que mostraram encomendas de equipamentos para empresas mais fortes do que as esperadas e menos pedidos de auxílio-desemprego, os números do **PIB** reforçam o argumento de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) pode domar a **inflação** sem deixar milhões de pessoas desempregadas.

"Isto é o mais perto que já chegamos de um cenário Goldilocks [Cachinhos Dourados, nem quente demais, nem frio demais] desde o início da pandemia", disse Diane Swonk, economista chefe da KPMG em Chicago. "O que o Fed tem de se preocupar é se haverá ou não uma recuperação da **inflação** mais tarde." Mas também podem abrir caminho para outra elevação do juro pelo Fed, que na quarta-feira elevou sua taxa básica para o nível mais alto dos últimos 22 anos.

"Embora os economistas continuem divididos sobre a probabilidade atual de recessão, o relatório de hoje [ontem] aumenta as chances de um pouso suave", disseram os economistas da Wells Fargo Tim Quinlan e Shannon Seery. "Dito isso, também é provável que ele ajude a manter o Fed sob pressão." As taxas de retorno dos bônus do Tesouro subiram após o dado do **PIB**. Em uma coletiva de imprensa após a última decisão do Fed, seu presidente, Jerome Powell, disse que autoridades monetárias podem optar por outra elevação ou por manter a taxa estável, e isso dependerá dos dados das próximas oito semanas. Ele também afirmou que a equipe do Fed deixou de prever uma recessão. Também alguns economistas privados começaram a reavaliar o momento ou as chances de uma recessão.

O que as autoridades gostariam de ver, porém, é um crescimento abaixo da tendência, e é possível que os dados sobre o **PIB** sejam fortes demais para serem reconfortantes.

Apesar da rápida elevação das taxas de juro desde o início de 2022, consumidores e empresas continuaram a gastar com vigor durante todo este ano.

Os gastos do consumidor - o motor da economia americana - cresceram a um ritmo anualizado de 1,6% depois de terem disparado no início do ano, segundo a estimativa inicial do Departamento de Comércio divulgada ontem. Esse dado superou as previsões e refletiu gastos sólidos em bens e serviços.

Por outro lado, os gastos do consumidor com serviços de alimentação e hospedagem foram os que mais subtraíram do **PIB** desde o segundo trimestre de 2020.

Mais notável foi o gasto das empresas.

O investimento em estruturas cresceu a um ritmo vertiginoso, impulsionado pelas iniciativas recentes para estimular a produção fabril nacional. O governo do presidente Joe Biden aprovou uma série de leis que oferecerem financiamento direto e incentivos fiscais para empresas privadas dispostas a investir em áreas como semicondutores e veículos elétricos.

Yelena Shulyatyeva, economista sênior do BNP Paribas nos EUA, disse que para ela "a maior surpresa foi a força do setor empresarial, que parece ser impulsionado pela implementação" de leis como a Chips e a de Redução da **Inflação**.

As compras de equipamentos para empresas tiveram o ritmo mais rápido de crescimento em mais de um ano, em grande parte por causa dos gastos mais pesados com equipamentos de transporte, como aeronaves e veículos.

Outro relatório, sobre encomendas de fábricas, mostrou compras de equipamentos para empresas mais fortes do que o esperado.

As encomendas de todos os tipos de bens duráveis subiram 4,7% em junho, a maior alta em quase três anos, impulsionada pelos pedidos de aviões

comerciais.

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187614